

ECONOMISTAS ♀

Economistas registradas: melhor para o Brasil

A contribuição feminina no uso da boa técnica
econômica é fundamental para a construção
de um país mais justo



EXPEDIENTE

Presidente: Paulo Dantas da Costa

Vice-presidente: Eduardo Rodrigues da Silva

Conselheiros efetivos:

Paulo Dantas da Costa
Eduardo Rodrigues da Silva
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Carlos Roberto de Castro
Clovis Benoni Meurer
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Flávia Vinhaes Santos
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior

Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Reis Araújo
Gilson de Lima Garófalo
Gustavo Casseb Pessoti
Josélia Souza de Brito
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto de Jesus
Rogério Vianna Tolfo
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli

Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Flávia Vinhaes Santos (Vice-Coordenador)
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lauro Chaves Neto
Mônica Beraldo Fabrício

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS!



@cofecon

SUMÁRIO

Editorial Paulo Dantas da Costa	5	Uma análise sobre o avanço da equidade de gênero na gestão pública no Brasil	38
Entrevista com Vilma da Conceição Pinto Manoel Castanho	6	Vanessa de Oliveira e Pétula Ponciano	
Um novo arcabouço, não calabouço! Simone Deos	14	A economia popular como categoria para discutir o Brasil	42
A pós-graduação na área da Economia: evolução e desafios Adriana Amado, Francisco Ramos e André Cunha	18	Sibelle Diniz	
Trajetórias da mulher no mercado de trabalho Marina Silva Cunha	24	Por uma nova política econômica para a Bahia que promova a sustentabilidade dos pequenos negócios	48
A mídia, a voz do mercado e o velho temor de uma política macroeconômica alternativa Vanessa F. Jurginfeld	30	Isabel Ribeiro	
A democracia e a condição da mulher Rosa Maria Marques	34	Uma breve análise econômica do município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2020	52
		Adriane Nascimento	
		A supressão de direitos da mão de obra feminina frente a Reforma Trabalhista de 2017	60
		Lucas Henrique de Oliveira e Salete Aparecida Rossini Lara	
		Novos livros	65

EDITORIAL

A chegada de 2023 trouxe ao Brasil um novo governo. A fome, a desigualdade, o desemprego, a necessidade de uma reforma tributária e de melhoras no gasto público e no ambiente de negócios, a desindustrialização, o baixo crescimento, o déficit público (cuja solução exige um novo arcabouço fiscal) e as deficiências de infraestrutura são apenas alguns dos velhos problemas que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros deverão equacionar – e, para tanto, é imprescindível o trabalho dos economistas.

Ao longo dos últimos anos o Cofecon tem se posicionado a respeito de várias destas questões, mas gostaria de abordar aqui uma delas de forma específica, que é a reforma tributária. É um tema fundamental, tanto para a melhora do ambiente de negócios quanto para a promoção de justiça social – mas, se por um lado existe consenso sobre a necessidade de uma reforma, por outro há centenas de opiniões divergentes sobre como e o que reformar.

É certo que a simplificação de tributos, presente nas PECs 45 e 110, ambas de 2019, é desejável e pode trazer alguma melhora no ambiente de negócios e no combate à sonegação. Mas elas são absolutamente insuficientes para resolver a principal distorção do nosso sistema tributário, que é muito concentrado em impostos

sobre o consumo e pouco em renda e riqueza, o que o torna regressivo e altamente injusto. Um pedinte que, no fim do dia, vá ao mercado para comprar alimentos com o dinheiro das esmolas que recebeu, deixará no caixa algo em torno de 20% para o pagamento de obrigações tributárias.

A presente edição da revista, como vem acontecendo nos últimos anos no mês de março, é dedicada às mulheres, em referência ao Dia Internacional da Mulher. Antes de apresentar a revista, porém, cumpre dizer que neste ano a Comissão Mulher Economista passou a englobar também as questões referentes à diversidade, com foco em ações para a inclusão e valorização de todos.

Os artigos publicados nesta edição foram, em sua grande maioria, escritos por mulheres economistas e possuem dois tipos de abordagens: a forma como a economia olha para elas (e, sob esta perspectiva, aparecem questões de gênero) e a forma como elas olham para a economia (o que torna a ciência econômica mais plural e enriquece a análise de diversas questões). Há também uma entrevista especial com a jovem economista Vilma Pinto, primeira mulher a ocupar o cargo de diretora da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado Federal

Boa leitura.



PAULO DANTAS DA COSTA
PRESIDENTE DO COFECON

Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de Coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Conselho Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014 e 2015 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

Entrevista com

Vilma da Conceição Pinto

Por Manoel Castanho, jornalista da Coordenação de Comunicação



Uma das maiores
especialistas do País
em contas públicas"

– Felipe Salto, economista



Foto: Reprodução/Bianca Gens - FGV

No dia 07 de julho de 2021 o plenário do Senado Federal aprovou a indicação de Vilma da Conceição Pinto para ocupar o cargo de diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado Federal e criado para aumentar a transparência das contas públicas. A jovem economista, definida pelo economista Felipe Salto como uma das maiores especialistas do País em contas públicas, foi sabatinada dois dias antes pela Comissão de Assuntos Econômicos e tornou-se a primeira mulher a ocupar um cargo de diretoria desde a criação da IFI, em 2016.

Na ocasião, o Conselho Diretor da Instituição emitiu um comunicado. “Na IFI, Vilma Pinto trará mais do que seu profundo conhecimento sobre contas públicas e análise fiscal. Mulher, negra, periférica, Vilma trará, sobretudo, o exemplo de como superar as adversidades de uma sociedade desigual com oportunidades desiguais. Seguramente, uma inspiração não apenas para os homens e mulheres que hoje se dedicam à Instituição, mas também para outros jovens que desejam trilhar o mesmo caminho”.

O caminho até lá nunca é fácil – e a frase, que pode até soar como clichê, é particularmente verdadeira no caso desta menina nascida em uma família pobre na cidade de Niterói, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Em entrevista à revista Economistas, ela falou sobre sua trajetória, as dificuldades que superou, a importância de ter (e ser) uma referência, a necessidade de políticas públicas de promoção da igualdade e o momento econômico vivido pelo Brasil.

Revista Economistas: Como foi a sua iniciação no mercado de trabalho?

Vilma Pinto: Meu primeiro trabalho formal foi aos 16 anos. Fiz estágio de nível médio na área de auditoria de shopping. Depois trabalhei como jovem aprendiz num call center. Já na faculdade, fiz estágio no IBGE, na área de índice de preços, e continuei como estagiária no IBRE/FGV. Entrei na área de política fiscal e depois fui contratada e promovida, fiz meu mestrado estando na FGV e fiquei até 2020. Nesta ocasião tirei uma licença para ir trabalhar na assessoria da Secretaria de Fazenda do estado do Paraná, e agora estou na Instituição Fiscal Independente.

RE: Como foi sua escolha pelo curso de Ciências Econômicas?

Vilma: Eu assistia telejornais com meu pai e eu via muitos economistas falando. Tinha curiosidade de entender por que aquilo era importante e por que o economista tinha que falar sobre o preço do tomate e do ovo. Também queria entender melhor por que havia pessoas muito ricas e outras muito pobres. Como eu fazia auditoria em shopping, tinha uma perspectiva de ser efetivada se en-

trasse para a faculdade.

Ao fazer o pré-vestibular, comecei a saber mais sobre o curso de Ciências Econômicas. Aprendi que é um curso muito amplo. Se gosto da área de saúde, posso ser economista para atuar na saúde; se gosto de educação, idem. E este curso me traria respostas para as inquietações que eu tinha quando era mais nova. Então, fiz o vestibular para Ciências Econômicas.

RE: E hoje os telejornais ouvem a economista Vilma Pinto.

Vilma: Eu não imaginava que pudesse ser a pessoa que estaria na TV falando sobre economia. Inicialmente eu pensava que faria um curso e conseguiria um emprego legal.

RE: Muitos economistas pretos e pretas tiveram a experiência de ser um dos únicos ou o único preto na turma da faculdade. Você passou por isso?

Vilma: Entrei na UERJ pelo sistema de cotas. A UERJ foi uma das primeiras instituições a adotar esta política, antes mesmo da lei federal. Minha turma era mais plural. Mas penso que é de extrema importância que tenhamos referências. Na faculdade havia um professor negro que eu tinha como referência – Alexandre Marinho, de microeconomia. Não era uma das minhas matérias favoritas, mas eu gostava muito das aulas dele.

RE: Os estudantes cotistas, em muitos casos, são os primeiros integrantes da família a ter ensino superior. Eles serão as referências para os filhos, sobrinhos, etc.

Vilma: Exatamente. Não beneficia apenas a família daquele jovem que foi o primeiro a entrar na faculdade, mas também os colegas, os vizinhos, as pessoas do entorno, que passam a prospectar e ver que é algo possível para a realidade delas.

RE: O Acórdão 2376/2022 do Tribunal de Contas da União expressa, em seu item 122, que “apesar da ocorrência de aumento das matrículas de estudantes pretos, pardos, indígenas e com deficiência nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino entre 2012 e 2020, na maioria delas os percentuais de matrículas referentes a esses grupos ainda são inferiores às respectivas proporções (...) na população das Unidades da Federação onde estão instaladas”. Como você avalia o impacto das políticas de cotas?

Vilma: A Lei de Cotas é muito importante, contribuiu muito para que conseguíssemos expandir o acesso. Estudo feito com alunos da UERJ mostra que o desempenho dos alunos cotistas também foi muito bom. É uma política de extrema relevância para reduzir estas desigualdades, estamos num caminho, mas precisamos de outros avanços.

Há dois fatores que observo da minha experiência. Temos que avançar em políticas que promovam uma melhoria da qualidade do ensino público, e há também o componente familiar. Meus pais sempre me incentivaram ao estudo. Eles não são pessoas que estudaram, mas viram a importância deste incentivo. Porém, sabemos que esta não é a realidade de todos. O ambiente familiar e o incentivo ao estudo, junto à melhora na qualidade do ensino e à Lei de Cotas, podem melhorar estes indicadores.

RE: Quais são as principais dificuldades que os estudantes pretos e pretas enfrentam para acessar a pós-graduação?

Vilma: Fui a primeira pessoa da família a terminar o curso superior e também ajudava em casa. Não tinha condições de deixar meu trabalho e fazer um cursinho para estudar para a prova da ANPEC, que seleciona para o mestrado em economia. E mesmo que passasse na prova ANPEC sem precisar sair do emprego, precisaria deixá-lo para cursar o mestrado, e a bolsa de mestrado não seria suficiente para me manter e ajudar a minha família, dependendo de onde eu fosse morar. Teria que me restringir aos lugares que não demandariam mudança, ou então não conseguiria fazer o mestrado. Não sei se é assim para a grande maioria, mas no meu caso específico foi assim.

RE: Como se deu a criação da Rede de Economistas Pretas e Pretos, e de que maneira os participantes se beneficiam da existência e da força deste grupo?

Vilma: A rede surge em 2020 durante a pandemia e de forma virtual. A ideia surgiu a partir da percepção de que a pandemia impactou o acesso de jovens negros ao mercado de trabalho, por meio de redução da possibilidade de estabelecer um networking. Assim, a criação da rede virtual possibilitou que as oportunidades pudessem ser disseminadas de forma mais eficiente.

É uma rede de apoio. Pessoas que estão ingressando na faculdade, pessoas já formadas, gente que está no mestrado ou doutorado, gente de vários níveis de estudo e de experiência

profissional. Divulgamos vagas de empregos voltadas para a área, temos mentorias, auxílio para o pessoal que está estudando para a prova da ANPEC, uma série de ações feitas no âmbito do grupo, inclusive no encorajamento para candidaturas, ajuda na elaboração de currículos, em relação às exigências do mercado.

Enfim, é uma ajuda mútua de bacharéis em economia interessados em disseminar oportunidades entre si, para tentar fazer com que os jovens pretos e pretas que entram no curso de economia tenham sucesso em suas carreiras. E tem a questão da referência também. Às vezes a pessoa está num curso que só tem ela de preto/preta, e encontra uma rede, isso é importante. A questão do networking também é de extrema relevância.

RE: Você tem uma trajetória na qual trabalhou com economistas reconhecidos e se destacou pela sua competência. Em algum momento você sentiu que o preconceito racial tenha te fechado alguma porta?

Vilma: Não necessariamente no ambiente profissional. Mas encontramos dificuldades até pela trajetória de vida. Algumas coisas eu tive que desenvolver já estando no mercado de trabalho, enquanto outras pessoas com melhor condição financeira desenvolveram antes. A questão da língua inglesa é uma delas, eu comecei a estudar quando tive condições. Algumas habilidades eu precisei desenvolver posteriormente. Algumas inseguranças que tive criaram uma barreira em mim mesma até para aceitar outros cargos no início da carreira.



A Rede de Economistas Pretas e Pretos é uma ajuda mútua de bacharéis em economia interessados em disseminar oportunidades entre si, para tentar fazer com que os jovens pretos e pretas que entram no curso de economia tenham sucesso em suas carreiras.

RE: Como foi sua chegada à Instituição Fiscal Independente?

Vilma: Trabalhando na FGV eu atendia muito à imprensa, participava de eventos, seminários, debates. Não havia tido contato com o Felipe Salto, mas como eu estava produzindo estudos e debates nesta linha, ele acompanhava o meu trabalho e entrou em contato comigo quando eu estava na Secretaria da Fazenda do Paraná. Depois me apresentou ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (o senador baiano Otto Alencar, responsável pela indicação) e conversamos muito sobre economia para que ele me conhecesse e optasse por me indicar ou não.

RE: Neste momento o Brasil espera por um novo arcabouço fiscal. Como você vê o teto de gastos e o que deveria ser colocado no lugar dele?

Vilma: Sempre gosto de fazer uma ressalva. Na IFI não temos mandato para fazer recomendação de política pública. Nossa forma de colaborar com o debate é a partir de análises técnicas independentes e apartidárias. Colaboramos trazendo um pouco da análise internacional, do histórico, das boas práticas.

Para falar sobre um novo arcabouço, temos que olhar primeiro os princípios e padrões de governança fiscal que estão sendo discutidos no mundo, não é só no Brasil. Na Europa tem se levantado um debate sobre os padrões de governança e reformulação das regras fiscais, sobretudo pela experiência que tivemos com elas na pandemia.

O teto de gastos, surgido em 2016, foi uma regra criada para tentar recuperar a credibilidade da política fiscal. Só que naquela época, quando fazíamos projeções, o desempenho dessa regra fiscal, que na Constituição tinha um prazo predeterminado de 20 anos de vigência (podendo ser alterada no décimo ano), notávamos que o governo começaria cumprindo o teto, mas que depois de cinco ou seis anos haveria dificuldade para cumprir a regra.

Que reformas ocorreram no âmbito da despesa no pós-teto de gastos? Basicamente, a reforma da Previdência. Ano após ano não conseguíamos aprovar as reformas e houve a dificuldade no cumprimento do teto. Gastos foram surgindo, fazendo com que o governo tivesse que abrir exceções. Em 2019 houve a emenda para viabilizar que a União pagasse à Petrobras a revisão do contrato de cessão onerosa do pré-sal, o que gerou um custo que estaria dentro do teto. Em 2020 foram créditos extraordinários para fazer frente à pandemia, e de fato eles não entram no teto de gastos desde a origem. Tivemos mudanças na legislação em anos posteriores justamente por causa da dificuldade de cumprir o teto.

São movimentos que observamos e que nos fazem desacreditar que ele funcione como uma âncora e controle o crescimento de gastos. Se fizemos um gráfico histórico do limite do teto de gastos e as despesas totais do governo (porque não são todas as despesas que entram no teto de gastos), as linhas vinham andando juntas até 2018, e a partir de 2020 há um distanciamento.

É daí que surge a importância do novo arcabouço. Qual é a melhor regra fiscal? É aquela que consiga combinar, da melhor forma possível, flexibilidade, simplicidade e aplicabilidade. Para que seja crível e atinja o objetivo de dar sustentabilidade às contas públicas, ela precisa combinar estes três fatores.

RE: Qual é o maior desafio macroeconômico que o novo governo enfrenta?

Vilma: O principal desafio da economia é o crescimento. Somos um país que cresce pouco, tem baixa produtividade e precisamos recuperar isso. No campo da política fiscal, algumas ações do governo podem ajudar na questão do crescimento. Se conseguirmos melhorar a eficiência do nosso sistema tributário, poderemos gerar impactos positivos em termos de crescimento também.

A reforma tributária é um caminho para conseguir melhorar a questão econômica. Mas, no campo fiscal, precisamos conciliar a agenda social, que é de extrema importância, com a agenda de responsabilidade fiscal. Separar, na análise das contas públicas, o que é fator estrutural e o que é conjuntural.

Se olharmos as contas do ano passado, o governo apresentou superavit e reduziu a relação dívida/PIB. Se olharmos o número por si só, vamos achar que está tudo bem. Mas houve um repasse do Banco Central ao Tesouro, que gera uma obrigação da União para ser paga até o ano que vem. Tem a antecipação de

"Qual é a melhor regra fiscal? É aquela que consiga combinar, da melhor forma possível, flexibilidade, simplicidade e aplicabilidade. Para que seja crível e atinja o objetivo de dar sustentabilidade às contas públicas, ela precisa combinar estes três fatores."



O principal desafio da economia é o crescimento. Somos um país que cresce pouco, tem baixa produtividade e precisamos recuperar isso.

empréstimos que o BNDES tinha feito com a União, um repasse que também contribui para a redução da dívida bruta/PIB. Então há muitos fatores não recorrentes, que aconteceram só em 2022, no âmbito do endividamento. Há também o choque das commodities, o aumento nos preços do petróleo, que impactou as receitas de royalties e participação especial do governo, a União teve uma arrecadação elevadíssima de dividendos. São fatores que não vão se repetir na mesma magnitude. As análises da política fiscal devem ser feitas separando esses fatores, para saber se é um resultado sustentável ou não. As contas públicas não estão numa situação muito confortável e o novo arcabouço fiscal é uma agenda que precisa avançar.

RE: Quando falamos em reforma tributária, todos defendem a necessidade, mas cada um defende uma reforma diferente e por isso, via de regra, o tema não avança. As PECs 45 e 110 tratam basicamente de unificação de tributos. É algo desejável para quem paga, mas como você vê esta questão em termos de eficiência tributária?

Vilma: Participei de um debate com representantes de vários países e tínhamos que falar como era a tributação de um único bem. Uma das sessões abordou a carga tributária. Os representantes de todos os países, eram países

latino-americanos, falavam: “Aqui temos um IVA de tanto”. “Aqui temos um IVA de outro tanto”. Eu levei meia hora pra explicar como era o sistema para tributar aquele bem específico no Brasil. E essa tributação vai ser diferente de outro bem. É um sistema tributário muito complexo, que traz muita distorção e precisa ser reformado.

Como teremos ganhos de eficiência e de simplicidade? Para o contribuinte, precisamos criar um sistema mais simples e fácil para apurar o imposto e pagá-lo; assim, diminuiremos o tempo que é usado para fazer a apuração destes tributos, bem como a evasão e sonegação fiscal. Se o sistema for bem desenhado e for mais eficiente, erros também podem ocorrer, mas você consegue ter ganhos do ponto de vista de arrecadação.

O governo tem falado que a ideia é não ter um aumento de carga tributária. No médio prazo, com um sistema mais eficiente, é possível um aumento de produtividade, que gera mais PIB, elevando também a arrecadação. O governo ganha, o contribuinte ganha. Temos alguns dissensos, setores que não são a favor da reforma, também existe a questão do federalismo.

Uma alternativa que foi colocada na PEC 45 é que o órgão responsável por regular a arrecadação de tributos tenha um conselho composto por membros das três esferas de governo e que eles tenham peso igual no voto.

As decisões na administração desse IVA seriam tomadas pela União, estados e municípios. Do ponto de vista da PEC 110, o substitutivo colocava a questão do IVA dual, pensando nessa questão do federalismo. Podemos avançar em análises, mas a eficiência do sistema traz ganhos do ponto de vista econômico e fiscal.

Estamos falando de tributação de consumo, mas a reforma tributária não pode se limitar só a isso. Precisamos modernizar e aprimorar, do ponto de vista da composição, a nossa carga tributária. Temos um sistema muito intensivo em bens e serviços e folha de trabalho e pouco intensivo em renda e patrimônio. Podemos repensar essa composição da carga tributária e de outras reformas e melhorias. O sistema tributário que incide sobre a folha de salários também é uma agenda que precisa avançar.

RE: O que seria uma economia do ponto de vista dos pretos?

Vilma: Essa pergunta está mais relacionada à questão das desigualdades no âmbito mais amplo. Precisamos ter um sistema econômico e social que nos permita ter condições econômicas independente de cor ou raça. Para avançar nisso, precisamos de políticas públicas voltadas para questões de equidade de gênero e raça até que se consiga alcançar essa equidade.

RE: Se uma política pública tivesse que ser escolhida como prioritária para melhorar a qualidade de vida dos pretos, qual seria?

Vilma: As políticas públicas são transversais. Se tivermos educação pública de qualidade, isso também vai melhorar a qualidade de vida e as oportunidades dos pretos e pretas, ainda que este não seja o foco da política. Então, devemos pensar em termos amplos. Nessa análise entra a questão da qualidade do gasto. Não é só gastar. É gastar com eficiência. Como melhorar as políticas públicas para que tenhamos resultados expressivos nessas agendas. É prioritário avançar na avaliação e qualidade de mensuração da eficiência desses gastos.

RE: Quando se toca na qualidade do gasto, existem áreas em que o governo é obrigado

a gastar uma porcentagem do PIB. Já tem a quantidade do gasto – então, como melhorar a qualidade? A questão também envolve o debate de ter recursos suficientes ou não.

Vilma: Nesse período de pandemia houve um dilema, principalmente nos municípios. Estados tiveram dificuldade de cumprir o mínimo constitucional em educação, porque a receita subiu muito naquele ano, e não fazia sentido só gastar por gastar para cumprir o mínimo constitucional. Tem que gastar de forma estratégica.

A vinculação foi uma forma de dar prioridade para determinadas políticas. Aquele ente pode gastar um pouco mais, mas não menos do que aquilo. Isso dá um caráter de prioridade. Mas quando há muitas políticas públicas vinculadas, existe outro problema, que é a rigidez do gasto, o que impede que o ente gaste de forma eficiente e estratégica com a capacidade de definir melhor quais são as prioridades. Hoje 91% do orçamento da União são gastos obrigatórios. O governo executa, mas não tem muita discricionariedade para definir como vai executar. Então há um excesso de rigidez em determinados gastos. Essa questão da vinculação precisa ser discutida neste contexto de qualidade e eficiência. Em que áreas faz sentido ter vinculações?

RE: Até porque, quando há vinculações demais, o governo precisa passar no congresso uma DRU (Desvinculação de Receitas da União).

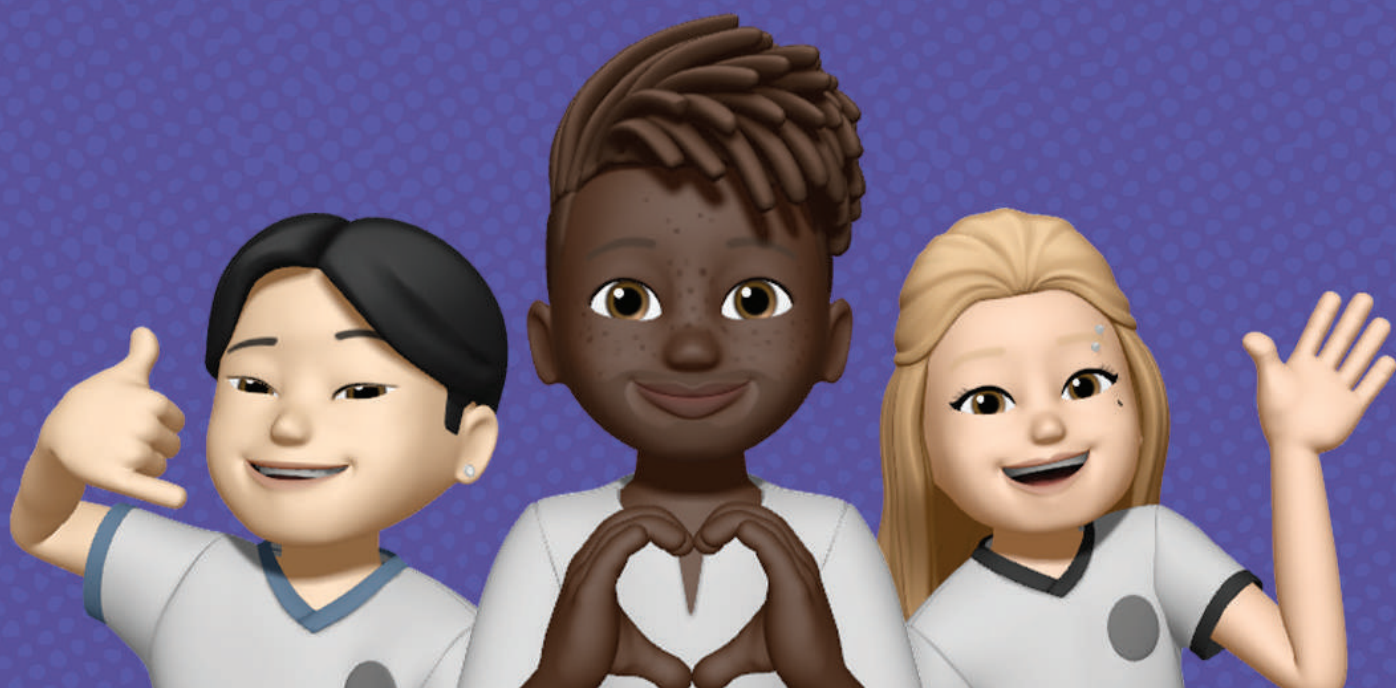
Vilma: E ela tem sido prorrogada diversas vezes. Foi uma das ações que foram tomadas, mas não necessariamente é a melhor medida. Houve uma mudança com o teto de gastos: antes, saúde e educação eram vinculadas à receita. Depois, no âmbito da União, passaram a ser vinculadas pela inflação. É uma agenda que precisamos olhar com cuidado, porque tem a questão da qualidade. É um gasto suficiente? É possível gastar menos? Talvez sim, talvez não, mas é preciso pensar o melhor modelo focado na eficiência e na qualidade deste gasto e no resultado da política pública.

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

**VOCÊ É ESTUDANTE
DO ENSINO MÉDIO?**

Que tal conhecer mais sobre economia
e concorrer a prêmios em dinheiro?

Inscrições: 3 de abril a 2 de maio
Acesse: desafioquerosereconomista.org.br



Um novo arcabouço, não calabouço!

Por Simone Deos

O Ministério da Fazenda tem anunciado que está em fase final de elaboração um novo arcabouço fiscal: um conjunto de normas, regras e parâmetros desenhados com o objetivo de recuperar a credibilidade e, principalmente, a previsibilidade da política fiscal. O objetivo, segundo o secretário de Política Econômica, é “que seja um arcabouço crível, previsível, que permita que os cidadãos brasileiros e investidores tenham um horizonte de investimentos no Brasil bem mais claro que têm hoje”¹. Em obediência ao disposto na Emenda Constitucional 126, o presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto



Simone Deos

Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (2001), com estágio pós-doutoral no Levy Economics Institute-Bard College. Atualmente é Professora Assistente (Livre-Docente) do Instituto de Economia da Unicamp.

de 2023, um Projeto de Lei Complementar apresentando esse novo arcabouço. Mas os esforços são para que, muito antes disso, o Executivo torne pública a sua proposta, de forma a permitir um amplo debate na sociedade antes que ela seja votada.

A aprovação do novo arcabouço fiscal – não confundir, caro leitor e cara leitora, com um novo calabouço fiscal – será o último prego batido no caixão do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95), que de fato cumpriu muito bem o seu papel: impedir o desenvolvimento econômico e destruir os direitos sociais instituídos pela Constituição de 1988 e, em seu lugar, promover o retrocesso econômico, social e político do país. Tudo em nome da responsabilidade fiscal, expressão que amalgamou um princípio moral difícil de contestar – afinal, quem poderia ser contrário ao uso predominantemente responsável do dinheiro público? – com o princípio de que a política fiscal deve buscar o equilíbrio entre arrecadação e gastos. Mas o que é, efetivamente, responsabilidade fiscal?

Quando, no século XVIII, os primeiros filósofos economistas começaram a desenhar as bordas daquilo que veio a constituir um novo campo do conhecimento, a Economia, eles iluminaram certos aspectos da nova sociedade em formação na Europa. Simultaneamente mantiveram, se não que totalmente ocultas, pelo menos sombreadas, as estruturas de

poder mais profundas sobre as quais essa nova sociedade se assentava – como o Estado e a moeda – e sem as quais não teria sido possível nem a sua constituição, nem a sua problemática manutenção.

Na mitologia do liberalismo econômico – nascida nesse contexto para permitir a superação das instituições feudais e mercantilistas que dificultavam a emergência e o desenvolvimento do capitalismo, como observa Karl Polanyi – os mercados e sua generalização são fruto dos impulsos naturais dos seres humanos, os quais estabeleceriam suas relações sociais baseadas, fundamentalmente, no intercâmbio comercial. Nessa narrativa, Estado e moeda não desempenharam papel relevante na constituição das chamadas economias de mercado, e por sua tendência de crescer descontroladamente, o Estado gastador estaria sempre ameaçando o bom funcionamento de uma sociedade de “livres e iguais”. Daí não surpreende que na versão corrente e exacerbada dessa mitologia, o neoliberalismo, tenha sido remodelado e aperfeiçoado um conjunto de mecanismos para controlar o poder monetário estatal.

Já é bastante conhecido de todas e todos que a ideia de conduzir a política macroeconômica – inicialmente, a monetária – por regras, isolando-a do arbítrio do Estado, é produto do debate intelectual e político da segunda metade do século XX. Regras pré-anunciadas, segundo seus defensores, dariam mais segurança aos agentes, organizariam as expectativas de inflação e outras que houvesse, e por isso seriam mais eficazes. Como cereja do bolo, tais regras permitiriam proteger a atividade econômica dos ciclos políticos, próprios dos regimes democráticos.

No caso das regras para a condução da política monetária por parte dos bancos centrais, a proposição original foi que estes perseguissem uma meta de agregados monetários, pré-anunciada, para o controle da inflação. Tendo sido constatado, na prática, que os bancos centrais não têm a capacidade de controlar a quantidade de moeda, foi necessário reformular a teoria e a política. Nesse sentido, o regime de metas de inflação – que parte do pressuposto de que os bancos centrais têm capacidade de, indiretamente, via taxa de juros, afetar os preços



correntes – passou não só a orientar, mas a dominar a atuação de grande parte dos bancos centrais ao redor do mundo, a partir da década de 1990. A ideia de que os bancos centrais devem ser autônomos, ou independentes, dos governos e da política, para melhor conduzir o regime de metas e alcançar a estabilidade de preços, que passou a ser o seu objetivo primordial, é um desdobramento desse processo.

Do lado fiscal, por sua vez, o princípio geral de uma política equilibrada, neutra, com despesas ajustando-se às receitas, foi sendo introduzido e aperfeiçoado por meio da institucionalização de metas quantitativas – de resultado orçamentário, de gastos, de endividamento – cada vez mais rígidas e muitas vezes sobrepostas. A justificativa teórica seriam os impactos positivos do orçamento equilibrado, e quiçá superavitário, sobre a inflação – via contração de demanda e/ou impacto sobre as expectativas futuras de inflação – e sobre a sustentabilidade e/ou as expectativas de sustentabilidade da dívida pública – para a qual haveria ou limites rígidos, ou limiares perigosos de serem testados, a partir dos quais os países quebrariam e uma catástrofe econômica e social seria líquida e certa. Paralelamente a estas

justificativas, ou, melhor ainda, dando-lhe uma sustentação que dispensaria a comprovação das evidências empíricas, esteve sempre a responsabilidade fiscal como princípio moral.

No Brasil, a adoção do chamado Novo Consenso Macroeconômico obedeceu às prescrições dos manuais de macroeconomia, com a introdução progressiva de regras para a condução da política macroeconômica. No que diz respeito, especificamente, ao lado fiscal, a cronologia tem início em 1988, quando a Constituição Federal instituiu a Regra de Ouro, a qual define que novas dívidas emitidas em um ano fiscal não podem ser superiores às despesas de capital do período. Dito de outra forma: as despesas correntes do governo não podem ser financiadas por novo endividamento, exceção feita aos casos autorizados pelo Congresso. Um princípio baseado no bom senso (ou seria no senso comum?) e moralmente fundamentado.

Da lista de regras fiscais posteriormente introduzidas e ainda vigentes no país, destaco para comentar a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A referida lei reveste-se de particular importância porque, entre outros tantos pontos de relevo, em seu



"Do lado fiscal o princípio geral de uma política equilibrada, neutra, com despesas ajustando-se às receitas, foi sendo introduzido e aperfeiçoado por meio da institucionalização de metas quantitativas (...) cada vez mais rígidas e muitas vezes sobrepostas."

Art. 1º encontra-se definido o que é, no Brasil, a responsabilidade na gestão fiscal para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios: “ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e obediência a limites e condições no que tange a renúncia da receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.” Assim, tal como definida na LC 101/2000, responsabilidade fiscal é o equilíbrio das contas públicas. Independentemente das condições da renda, do emprego, sanitárias, ambientais, educacionais e da infraestrutura do país, e independentemente do programa político com o qual comprometeu-se durante a campanha e pelo qual foi eleito, um gestor responsável do orçamento deve ter como meta equilibrar as contas públicas.

Aproximadamente 250 anos após o início dessa aventura intelectual que é a reflexão sobre a dimensão econômica da vida social, o pensamento econômico dominante – para o qual “no princípio era o mercado” – vê-se agora, novamente, obrigado a reavaliar o papel do Estado. O consenso macroeconômico que vigorou desde os anos 1990 está sendo revisto, na prática e na teoria, em âmbito internacional. A revisão teórica e das políticas é mandatória pois os acontecimentos dos últimos anos – a inflação de oferta e a transposição dos limites inimagináveis

de endividamento – desafiaram o saber e a política macro consensual. Do lado da política fiscal, isso significa dizer que a orientação geral e irrestrita para que os governos tenham como meta, anualmente, resultados fiscais neutros (orçamento equilibrado) ou superavitários, vem sendo reavaliada. Há espaço para excepcionalizar despesas de investimento e excluí-las dos limites impostos para as chamadas despesas correntes. Há consenso sobre a necessidade de se avançar na transição para uma economia de baixo carbono, e que o Estado cumpre aí um papel decisivo. Adicionalmente, reavalia-se se algumas despesas correntes – educação, saúde – não deveriam ser consideradas como investimento porque, ainda que não ampliem a formação bruta de capital, certamente impactam a produtividade.

Tais espaços abertos para avançar na formulação da política, é claro, devem ser ocupados, e é isso que os eleitores do presidente Lula e a sociedade esperam do novo arcabouço fiscal que o Poder Executivo está na iminência de apresentar. Até porque infelizmente, nem internacionalmente e tampouco no Brasil – e isso a despeito de termos um governo de centro-esquerda e uma equipe econômica que conta com quadros heterodoxos – o debate avançou a ponto de se compreender e aceitar plenamente a soberania monetária do Estado, o que realmente poderia levar a nossa discussão sobre política macroeconômica para um patamar muito mais avançado. Esperemos que ela venha num futuro não tão distante. Por ora, todo cuidado para que o necessário e possível novo arcabouço não se apresente como mais um calabouço.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/secretario-de-politicaeconomica-afirma-que-o-brasil-precisa-combater-adesigualdade-social-e-buscar-equilibrio-fiscal>

A pós-graduação na área da Economia: evolução e desafios

Por *Adriana Moreira Amado, Francisco de Sousa Ramos e André Moreira Cunha*



Adriana Moreira Amado

Professora da UnB. Foi secretária executiva da ANPEC e coordenadora da Área de Economia junto a CAPES.



Francisco de Sousa Ramos

Professor da UFPE. Pesquisador do CNPq. Coordenador na área de Economia - CAPES. Secretário-executivo da ANPEC



André Moreira Cunha

Professor da UFRS. Pesquisador do CNPq. Coordenador de Economia na CAPES.

A avaliação da pós-graduação na área da Economia

O ensino de pós-graduação na área da Economia tem origem na criação dos dois primeiros programas em 1961, aos quais se somaram outros quatro ao longo dos anos 1960. Na década seguinte, surgiram mais dez. Foi na década de 1970 que surgiram os cursos em nível de doutorado. Nos anos 1980 e 1990, o sistema incorporou outros dez programas e diversificou seu foco de atuação com os cursos em nível profissional. Já nos anos 2000 observou-se um movimento de ampliação, diversificação, maior espraiamento territorial e internacionalização.

Estes aspectos emergem claramente com a análise dos resultados da avaliação quadrienal da Capes referente ao período 2017-2020. Os programas de pós-graduação da área encerram este ciclo com um desempenho importante em termos de formação de recursos humanos, de produção e disseminação de conhecimento, internacionalização, dentre outros aspectos. Ao término do quadriênio 2017-2020, a área contava com 75 programas, dos quais 55 na modalidade Acadêmica - 22 mestrados acadêmicos, 32 com cursos nos níveis de mestrado e de doutorado e um doutorado; e 21 na modalidade Profissional - 19 mestrados e um com mestrado e doutorado. Para se colocar em perspectiva, em 1998 havia 25 programas no total.

Neste último quarto de século o ensino de pós-graduação, de uma forma geral, se

consolidou nas mais diversas dimensões. O número total de discentes matriculados e titulados triplicou, passando, respectivamente, de 4,5 mil para 15 mil, e de 1,1 mil para 4,7 mil. O quadro de docentes evoluiu na mesma intensidade, atingindo o montante de 1,4 mil em 2020. Em termos cumulativos, a área de Economia formou 19 mil pessoas ao longo deste período, o que é uma contribuição relevante para a sociedade brasileira. Este processo se deu em linha com a expansão mais geral do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).



Em termos cumulativos, a área de Economia formou 19 mil pessoas ao longo deste período, o que é uma contribuição relevante para a sociedade brasileira."



Conforme foi registrado no documento que sintetiza o processo e os resultados da quadrienal 2017-2020, a evolução da pós-graduação em Economia tem se dado de forma contínua e consistente. Percebe-se que as sinalizações das sucessivas Coordenações de Área e Comissões de Avaliação permitiram que os programas reagissem positivamente no sentido de equilibrar os avanços quantitativos de titulação e de produção científica com a busca permanente da qualidade e da excelência. E que tais resultados foram obtidos respeitando-se a pluralidade e a diversidade metodológica e paradigmática que caracteriza a área, bem como os distintos perfis de inserção regional, nacional e internacional.

Como indicadores principais para os resultados obtidos na última quadrienal, destacamos o que segue:

(i) A criação de novos programas e cursos, acadêmicos e profissionais nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e áreas do interior de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. O esforço de desconcentração espacial segue como uma prioridade, sem descuidar do qualitativo. Em 1998, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste respondiam por 28% dos programas da área; atualmente a proporção é de 33%.

(ii) Em termos quantitativos, havia apenas cinco programas naquelas regiões em 1998, dos quais apenas um possuía doutorado. Em 2020, eram 25 programas, dos quais oito contavam com cursos em nível de doutorado – sete acadêmicos e um profissional. Em termos qualitativos, seis programas ficaram posicionados nas notas 5 e 6, o que revela níveis robustos de maturidade na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento, bem como a sua capacidade do exercício de liderança em nível nacional e de internacionalização, dentre outros aspectos.

(iii) Para o conjunto da área foram titulados 4.700 discentes: 2.226 com mestrado e 901 com doutorado em programas acadêmicos; e 1.573 com mestrado em cursos profissionais. Entre os dois últimos períodos avaliativos, o incremento no total de titulados foi de 19%. O crescimento na titulação de mestres e doutores nos programas

acadêmicos foi de 7% e 87%, respectivamente. Nos programas profissionais a variação foi de 13%.

(iv) A produção intelectual de docentes permanentes dos programas acadêmicos na forma de trabalhos completos publicados em periódicos foi de 9.183 artigos científicos, o que implicou uma relação per capita de 12 artigos. Entre 2013-2016, foram publicados 5.550 artigos com uma relação de nove por docente permanente. Com isso, os incrementos na produção total e per capita foram de, respectivamente, +65% e +33%.

(v) Ao se comparar a produção em periódicos internacionais aderentes à área e classificados como A1 nos dois ciclos avaliativos, constata-se que o avanço se deu em termos absolutos (66%) e per capita (33%). Vale dizer, a expansão quantitativa na produção não comprometeu os aspectos qualitativos

Em resumo, o desempenho da área no quadriênio representou a continuidade do processo de avanços já observados nas últimas avaliações e pode ser qualificado como extremamente positivo. As Comissões entendem que os incentivos para aprimorar a qualidade do ensino de pós-graduação foram bem recebidos pelos programas. Ademais, o aprimoramento nos instrumentos utilizados, particularmente a ficha de avaliação e o leque ampliado de informações qualitativas, contribuíram positivamente para o trabalho aqui realizado. Da mesma forma, beneficiou-se da participação ativa da comunidade por meio do Seminário de Avaliação, do Fórum de Coordenadores e de consultas periódicas aos coordenadores e associações de subáreas.

O modelo de avaliação e o Qualis Periódico

Os instrumentos e as informações utilizadas na última quadrienal permitiram vislumbrar, ainda mais, os aspectos qualitativos derivados do trabalho realizado nos programas da área. Tal perspectiva já havia sido utilizada na avaliação 2013-2016 para a produção intelectual dos docentes permanentes, por meio

da apreciação das oito principais produções do programa no período. Agora, ela foi estendida e incorporou outros destaques associados, principalmente, às dissertações e teses, às produções de discentes e de egressos, às inovações e aos impactos sociais da produção de docentes permanentes. Neste sentido, houve um avanço importante no que concerne à concepção da avaliação, cuja ênfase está, cada vez mais, na análise dos resultados da formação de egressos e nos impactos socioeconômicos da geração de conhecimento.

Esta perspectiva traz desafios para a nossa comunidade, especialmente no que tange o estabelecimento de uma “cultura de avaliação”. Esta expressão carrega em si múltiplos aspectos, mas que, à guisa de simplificação, poderiam ser resumidos na compreensão sobre a natureza das atividades avaliativas no âmbito da Capes. Historicamente, a área sempre associou a qualidade dos seus programas com o perfil da produção intelectual docente. Esta, por sua vez, estava atrelada, exclusivamente, com o sistema de classificação de periódicos. No último ciclo, a Diretoria de Avaliação da Capes (DAV) implementou uma padronização metodológica na aferição das notas dos periódicos. Se antes cada periódico recebia uma nota de acordo com a área de conhecimento e em consonância com critérios estabelecidos por estas, com o chamado Qualis Referência (QR), os veículos passaram a ter a mesma nota nas 49 áreas de conhecimento.

Assim, a nota de cada periódico individualmente foi outorgada pela “área mãe”, aquela com mais de 50% de artigos publicados



por docentes permanentes dos programas. A Economia gerou as notas de cerca de ¼ dos mais de 2.000 periódicos nos quais docentes, discentes e egressos da área publicaram no quadriênio. Esta mudança ainda não foi plenamente absorvida por parte da comunidade, a despeito do fato de a Coordenação da área ter trabalhado para esclarecer os programas em inúmeras ocasiões, tanto no Seminário de Meio Termo da Capes, quanto em reuniões periódicas promovidas pelo Fórum das Coordenações em parceria com as nossas associações.

Depois da divulgação da lista dos periódicos e de suas respectivas notas surgiram críticas contundentes ao QR. É nossa compreensão que tais críticas trataram de aspectos relevantes. Todavia, careceram de adequado entendimento e de fundamentação técnica e legal. O argumento central dos críticos é de que foram introduzidas modificações que comprometeriam a busca da excelência acadêmica na área. Mais especificamente, lhes causou estranheza que periódicos com distintos fatores de impacto em bases bibliométricas tenham recebido a mesma classificação em um sistema hierárquico de nove escalas, na qual a mais elevada recebe o signo de "A1". Ressaltamos que o Qualis Periódico (QP) é apenas um aspecto da avaliação. Na produção docente, ele afeta 20% da nota, sendo os demais 80% baseados em escalas determinadas nas bases bibliométricas de maior prestígio na área. O item, por sua vez, tem o peso de 25% do Quesito "Formação", que afeta 1/3 da nota total. Logo, a influência do QP na nota final de um programa da Economia é de menos de 2%.

Dos 75 programas da área, apenas cinco atingiram a maior nota do sistema: 7. Para tanto, tiveram de demonstrar sólida liderança nacional e aderência às melhores práticas internacionais em várias dimensões, inclusive na produção intelectual docente. Aqui, ter produção em periódicos Qualis A1 não era suficiente, pois aquela precisaria ser em periódicos líderes nos rankings internacionais da Economia.

Cabe ressaltar que os elementos usados para a definição do Qualis na área foram todos elementos exógenos e que respeitaram o sistema geral determinado pela Capes. O uso de indicadores de impacto, no caso das Humanas, bases representativas (H5) que captassem impactos amplos conforme os veículos de publicação usados pelas várias áreas e subáreas com sistema consolidado na área (JEL). O uso das subáreas foi fundamental para assegurar a comparação entre semelhantes e permitir que tamanhos de comunidade e dinâmicas diferenciadas de citação e produção não fossem os elementos determinantes da classificação dos periódicos. Desta maneira, garantia-se que o que estava sendo efetivamente aferido era o impacto e que este podia ser comparado entre pares. A forma como foi definido o Qualis na área de Economia efetivamente permite que as diversas subáreas relevantes na área tenham periódicos bem classificados e que os pesquisadores tenham oportunidade de veicular bem sua produção e ter o reconhecimento dessa qualidade através do sistema Qualis.



Desafios e perspectivas

A instituição responsável por credenciar e avaliar os Programas de Pós-Graduação, Acadêmicos e Profissionais, nos níveis de mestrado e doutorado, é a Capes. Cabe a ela criar parâmetros objetivos e comparáveis que permitam avaliar o desempenho de aproximadamente 4,5 mil Programas, em 49 áreas de conhecimento. A Economia é, portanto, parte de um sistema, diverso, complexo e que já deu demonstrações de enorme qualidade, a despeito dos recorrentes problemas de financiamento inadequado. A nota final de cada programa é atribuída a partir da análise profunda de três quesitos: 1. Programa, com itens e subitens que analisam a organização acadêmica, pedagógica, planejamento e composição do corpo docente 2. Formação, que considera a formação de recursos humanos e a produção intelectual de docentes, discentes e de egressos; 3. Impactos na Sociedade em diversas dimensões.

A credibilidade adquirida pela avaliação da Capes ao longo dos anos fez com que seus instrumentos, especialmente o QP, fossem usados para finalidades não associadas à sua criação. De provas de títulos em concursos públicos, passando por diversas formas de alocação de recursos financeiros e humanos dentro das instituições de ensino superior e de órgãos de fomento, o QP se tornou um parâmetro de diferenciação. Com isso, quaisquer aperfeiçoamentos metodológicos, feitos para melhorar a avaliação, geram efeitos externos não controlados pela Capes.

Na área de Economia, após a divulgação dos resultados da quadrienal, houve o amplo reconhecimento de que aquele refletiu a qualidade relativa dos programas. E que, assim, a excelência foi preservada. Critica-se o Qualis por aquilo que ele não é e nunca pretendeu ser: um parâmetro para ranquear pesquisadores, centros de pesquisa, definir alocação de recursos e incentivos diversos. O instrumento é objetivo e tecnicamente consistente, pois não implica em comparar fatores de impacto per se, que são completamente distintos entre as áreas de conhecimento e, dentro destas, em suas subáreas. O grande problema é o seu uso indevido para além do processo de avaliação em si.

Temos a certeza de que o estudo minucioso e completo de todo o processo de avaliação contribuiria de forma mais consistente para garantir melhorias permanentes na área. Para tanto, detalhamos os aspectos aqui resumidos no documento “Capes-Esclarecimento da Coordenação da Área de Economia sobre o Qualis Referência”, que está no portal da ANPEC e foi encaminhado ao Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Para além deste aspecto, há que se reconhecer a existência de importantes desafios para o futuro, dentre os quais:

(i) A necessidade de enfrentamento dos desequilíbrios de gênero e da concentração regional dos cursos. A área de Economia é, ainda, predominantemente masculina, com este gênero respondendo por 80% do corpo docente e 68% das titulações entre 2017-2020. Ademais, 67% dos programas se localizam no eixo Sudeste-Sul do país, especialmente em suas capitais.



Critica-se o Qualis por aquilo que ele não é e nunca pretendeu ser: um parâmetro para ranquear pesquisadores, centros de pesquisa, definir alocação de recursos e incentivos diversos."

(ii) A importância de se fortalecer a cultura da avaliação na área, tendo em vista o próprio processo de renovação dos corpos docentes e das coordenações dos programas.

(iii) O reconhecimento do caráter estratégico de se preservar o ecossistema complexo e heterogêneo de programas, o que implica considerar as especificidades do país em sua história e geografia, demografia, instituições, conformação populacional em termos de gênero e etnias, diversidades regionais, dentre outras. Esta realidade impõe a necessidade de a área contribuir com a formação de recursos humanos e a construção de conhecimento novo, teórico e aplicado, que permita ao uso mais eficiente dos seus recursos e ao enfrentamento de desequilíbrios os mais diversos.

Os programas de pós-graduação na área da Economia, junto com os cursos de graduação, centros de pesquisa e outras instituições especializadas, já realizam tal trabalho há pelo menos seis décadas. A renovação deste esforço se faz necessário tendo em vista a manutenção de problemas estruturais e aos novos desafios e oportunidades que se delineiam no horizonte contemporâneo. Temos a convicção de que a área conseguirá superar os obstáculos conjunturais e estruturais e, com isso, manterá sua importância relativa no SNPG.



Trajetórias da mulher no mercado de trabalho

Por Marina Silva da Cunha

Introdução

Nas últimas décadas observamos significativas conquistas alcançadas pelas mulheres no mercado de trabalho, mas ainda podem ser identificadas persistentes desigualdades de gênero. Conforme informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para o ano de 2020, as mulheres representam cerca de 50% da população em idade ativa, 39% da população empregada e apenas 23% nos cargos de chefia.



Marina Silva da Cunha

Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (1998) e pós-doutorado na Universidade de Brasília (2006). Professora Titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (DCO/UEM), desde 1998.

No Brasil, considerando informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do terceiro trimestre de 2022, embora representem a maior parcela da população em idade ativa (52%), as mulheres participam menos do mercado de trabalho (48%) do que os homens (68%). No entanto, elas são 42% dos ocupados, sobreiam-se entre os desocupados (54%) e entre aqueles em tempo parcial (57%). Enquanto os homens tinham um rendimento médio de R\$ 2.638,02, as mulheres recebiam R\$ 2.166,58. Já na estrutura ocupacional, a proporção de mulheres entre diretores e dirigentes era igual a 40%. Ademais, elas eram 93% daqueles que indicavam os afazeres no lar e os cuidados com crianças ou parentes como motivo para não procurar emprego, não ter trabalhado ou não estar disponível para o trabalho.

Apesar dos avanços, o dilema entre carreira e família tem se mantido nas últimas décadas para as mulheres. Na perspectiva tradicional da divisão sexual do trabalho, também denominada de patriarcal, cabe ao homem ocupar o seu tempo com o mercado de trabalho remunerado, enquanto a mulher fica responsável pelo domicílio, com o seu tempo dedicado ao cuidado das crianças, dos idosos e do lar (GOLDIN, 1990). Felizmente, isso vem sendo alterado e as mulheres são crescentemente inseridas no mercado de trabalho.

Mas isso pode não refletir maior equilíbrio na divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2015).



Apesar dos avanços, o dilema entre carreira e família tem se mantido nas últimas décadas para as mulheres."



Uma possibilidade é a mulher realizar uma dupla jornada, denominado de modelo de conciliação entre a vida familiar e profissional, em que cabe a ela, ainda, todas as tarefas domiciliares. Já quando o homem e a mulher dividem os cuidados com a família e o lar, tem-se um modelo de parceria. Por fim, no modelo de delegação, há transferência das tarefas a outros, notadamente mulheres. Assim, a dedicação ao mercado de trabalho depende da disponibilidade de serviços públicos de cuidados ou da capacidade de se adquirir tais serviços de forma privada.

Carreira e maternidade

Ao longo da vida profissional, verifica-se que, em geral, homens têm um maior rendimento do que as mulheres. A figura 1 mostra também que os brancos recebem mais do que os pardos e pretos, nessa ordem. As mulheres pretas estão na base da distribuição de rendimentos ao longo de quase toda sua carreira profissional. Nota-se que as mulheres brancas têm uma trajetória de

rendimentos superior aos homens e mulheres pretos e pardos.

O valor médio dos rendimentos dos indivíduos pretos e pardos ocupados em tempo integral atinge um pouco mais de dois salários mínimos ao longo de toda a trajetória no mercado de trabalho (tomando como referência o valor usado em 2022, de R\$ 1.212,00). Ressalte-se que a política pública de salário mínimo tem um efeito preço, ao definir o preço do fator trabalho não-qualificado no mercado de trabalho formal, e um efeito farol, ao servir como uma referência para os demais rendimentos (FOGUEL, 1988). Ademais, há ainda um efeito redistributivo, ao ampliar a renda daqueles que estão na parte inferior da distribuição dos rendimentos (SOARES, 2002).

Considerando as diversas configurações do trabalho, pode ser destacado o papel da maternidade no ciclo de vida familiar e profissional da mulher. Verifica-se ainda na Figura 1 que a partir dos 30 anos até meados dos 40 anos o hiato de rendimentos entre homens e mulheres fica mais expressivo, o que coincide

com o período em que a maior parcela das mulheres está se dedicando à maternidade, com filhos ainda menores.

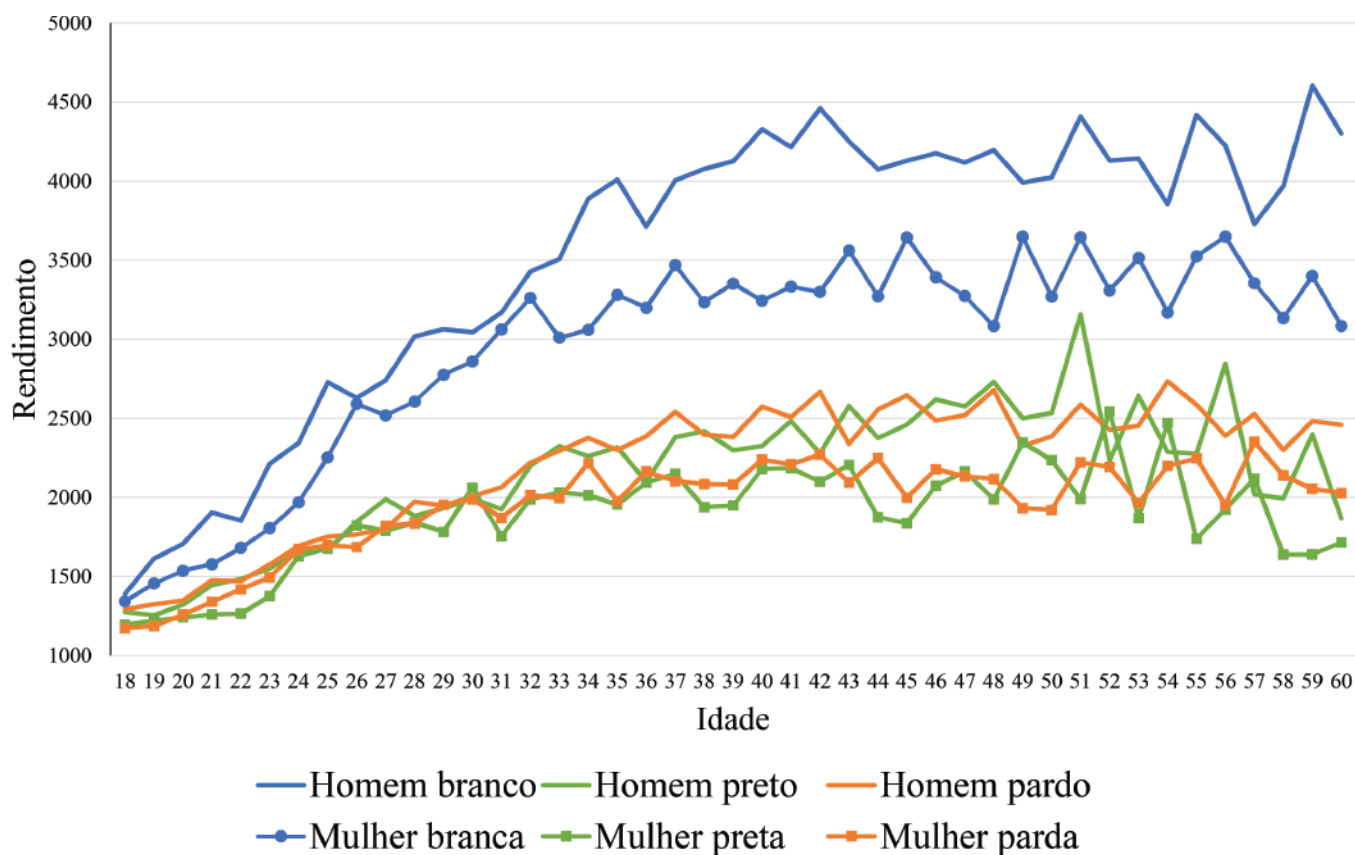


Figura 1. Rendimento médio dos indivíduos ocupados em tempo integral, segundo a idade, o sexo e a raça, Brasil, terceiro trimestre de 2022
Fonte: Dados básicos da PNADC/IBGE.

De fato, o planejamento da maternidade desempenhou um papel crucial no processo de avanço feminino no mercado laboral, com destaque ao advento da pílula. Assim, verifica-se que o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e a queda da fecundidade são fenômenos paralelos, inclusive no Brasil (CUNHA; VASCONCELOS, 2016). Por sua vez, a dificuldade de conciliação da maternidade e da atividade profissional tem contribuído para um adiamento da maternidade. Porém, apesar de conseguir reduzir o diferencial de salários entre homens e mulheres, esta estratégia tem sido mais exitosa para as brancas e amarelas do que para as pretas e pardas (CUNHA et al., 2022, CUNHA; ANDRADE, 2021). Portanto, ainda ficam evidentes desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.

Escola e mercado de trabalho

O mercado de trabalho representa o resultado das oportunidades e escolhas ao longo da vida. Neste sentido, o cenário atual sugere que as oportunidades no Brasil ainda não chegam da mesma forma para os diferentes grupos de indivíduos. Entre os principais determinantes do desempenho no mercado de trabalho estão os investimentos em capital humano.

Assim, a qualidade da educação recebida desde a pré-escola até o final da educação básica, no terceiro ano do ensino médio, é essencial, permitindo uma melhor compreensão de novos conhecimentos nos cursos de nível superior e de capacitação profissional. Adicionalmente, uma

formação básica mais sólida possibilita ao indivíduo se adaptar mais rapidamente às mudanças cada vez mais frequentes no mercado de trabalho.

O Brasil ainda não conseguiu proporcionar a inserção e a permanência de todos os jovens na escola. Conforme pode ser observado na Figura 2, menos de 90% dos jovens de 17 anos estão na escola e este percentual é menor para pretos e pardos. Ademais, considerando apenas aqueles com 20 anos, essas diferenças também são observadas, com menos de 60% dos pretos e pardas com o ensino médio concluído. Com relação ao gênero, as mulheres têm o melhor desempenho nos dois indicadores.

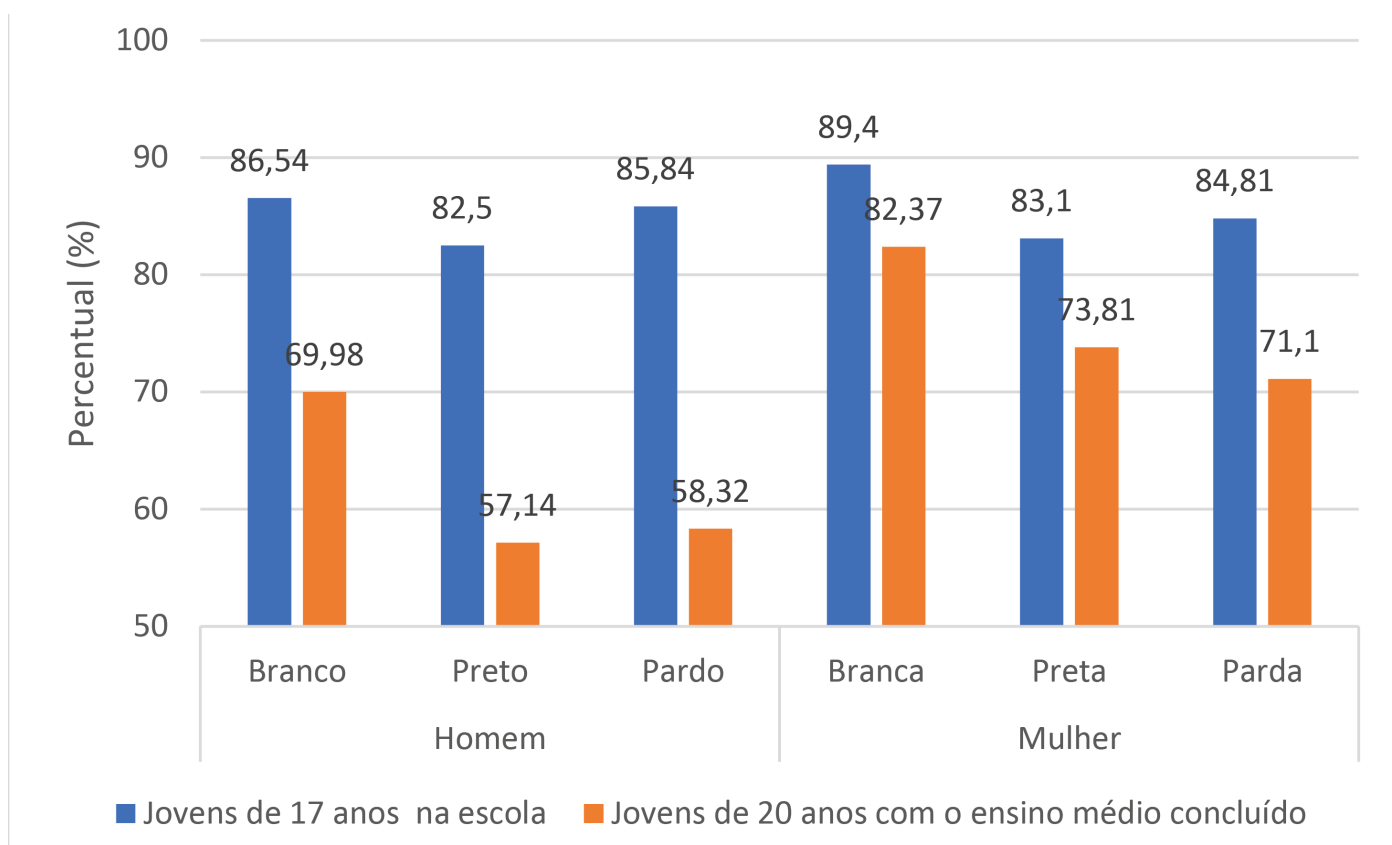


Figura 2. Proporção de jovens de 17 anos na escola e de 20 anos com ensino médio concluído, segundo sexo e raça, Brasil, terceiro trimestre de 2022

Fonte: Dados básicos da PNADC/IBGE.

A importância da educação não se restringe apenas aos maiores retornos individuais no mercado de trabalho, mas também contribui para o crescimento e desenvolvimento sustentável de um país. As políticas públicas e a atuação do Estado na oferta de educação pública de qualidade precisam avançar em direção à construção de uma nação.

A escola deve representar um espaço de acolhimento, socialização e respeito à diversidade cultural do País. O Estado precisaria ampliar seu papel de protagonista, notadamente no ensino médio, quando o abandono escolar atinge seu maior patamar. Esta política ganha importância especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A escola pode representar um espaço de implementação de várias políticas públicas relacionadas não só à educação, mas também à saúde, segurança pública e segurança alimentar, contribuindo com o trabalho de cuidado atribuído principalmente às mulheres. Indiretamente, os recursos poupados com a educação dos filhos representam um aumento relativo de renda para a família, colaborando para aumentar o consumo, o bem-estar social e o crescimento econômico.

Ademais, tanto para meninas quanto para meninos, a escola representa um espaço de segurança e melhores cuidados contra diversas violências. A redução do abandono escolar e a ampliação do tempo na escola, com período integral até o ensino médio, podem reduzir a gravidez precoce, a mortalidade juvenil e a inserção na criminalidade. Assim, destaca-se o papel da educação não só para os retornos individuais no mercado de trabalho, mas também, em função das suas externalidades, para a sociedade e para a inserção profissional das mulheres, especialmente das mais pobres.

Considerações finais

As diferenças de gênero ainda são relevantes no Brasil, apesar dos avanços observados. No mercado de trabalho estas diferenças são evidentes e se traduzem também em desigualdades raciais. As barreiras ao balanceamento entre a vida no trabalho e no domicílio representam redução de renda e prejuízo na trajetória profissional, com impactos negativos para o crescimento e desenvolvimento sustentável da nação.

Portanto, merece ser destacada a necessidade do protagonismo do Estado, com ampliação dos serviços públicos de cuidados, bem como a expansão e melhoria na qualidade da educação pública. Tais políticas contribuem para a redução das desigualdades socioeconômicas no país, para além do gênero, incluindo também as disparidades de raça ou cor da pele.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. L.; CUNHA, M. S. Impact of postponing motherhood on women's income in Brazil. *Revista de Economia Aplicada*, v. 25, p. 65-92, 2021.

CUNHA, M. S.; ROSA, A. M. P.; VASCONCELOS, M. R. . Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 31, p. 1-24, 2022.

CUNHA, M.S.; VASCONCELOS, M.R. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, v.26, n.1, p.179-206, 2016.

FOGUEL, M. N. Uma avaliação dos efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro. IPEA, 1998, 20p. (TD n. 561)

GOLDIN, C. Understanding the gender gap: un Economic History of American women. Oxford University press. 207p, 1990.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich Ebert Stiftung: Brasil. *Análise*, n. 7, 22p., 2015.

SOARES, S. S. D. O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 51p. (TD n. 873)

A DESCOMPLICANDO ECONOMIA

Publicações semanais em quadrinhos com conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral.



Saiba mais!

A mídia, a voz do mercado e o velho temor de uma política macroeconômica alternativa

Por Vanessa F. Jurgenfeld

No clássico livro “O Povo Brasileiro”, Darcy Ribeiro chegou a pontuar que “faltou sempre, e ainda falta, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias [...]”.

Diferentes pensadores sobre o Brasil, como Darcy Ribeiro, certamente ficariam mal impressionados com as críticas dos economistas midiáticos ao novo governo Lula, que se iniciou em janeiro de 2023, com um projeto reformista aprovado pela maioria da população.

A discussão sobre uma “nova” política macroeconômica tem aparecido no noticiário

econômico brasileiro sob um ponto de vista quase sempre negativo. Entorpecidos pela agenda de economistas de mesmo corte teórico, os denominados mainstream, os jornais televisivos, impressos e os noticiários nas grandes rádios repetem geralmente a mesma ideia daqueles que eles chamam muitas vezes de “especialistas”: que o governo deve cortar gastos; ter responsabilidade fiscal; que há “desconfiança” do mercado com o novo governo; que o governo deve manter o Banco Central autônomo, etc.

O Brasil ainda registra uma baixa taxa de investimento em relação ao PIB (19,6%). O indicador não supera 20% desde o primeiro trimestre de 2014. Ao lado do reduzido investimento produtivo, o país figura no ranking



dos juros reais mais altos do mundo (em torno de 8% a.a.), sendo um local preferencial para o rentismo. Ao mesmo tempo, verifica-se, nos últimos anos, a ampliação dos indicadores de vulnerabilidade social, como a pobreza (62,5 milhões de brasileiros, em 2021, estavam abaixo da linha de pobreza, sobrevivendo com menos de R\$ 16,20 por dia) e a fome (33 milhões de brasileiros encontram-se em situação de insegurança alimentar grave).



Vanessa F. Jurgensfeld

Graduada em Comunicação Social na Universidade Metodista e em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Em meio a este cenário, os ditos “especialistas” defendem a austeridade monetária e fiscal. Não querem a revisão do teto de gastos, nem uma nova política fiscal, muito menos rever a política de juros e o regime de metas de inflação. E não se questionam sobre a real autonomia do Banco Central em relação ao mercado financeiro e à agenda econômica do governo anterior.

A falta de diversidade de fontes na mídia tradicional brasileira já é crônica. Em meio ao caloroso debate sobre a macroeconomia, acionado pelas divergências públicas recentemente expostas entre as ideias do presidente Lula e as do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, uma sequência de economistas ouvidos pela reportagem do caderno de Economia de um dos maiores jornais do país serve de exemplo. Entre os dias 12 e 15 de fevereiro, o leitor teve acesso à opinião de uma economista-chefe de um banco, a um estudo de uma outra economista de um banco, a uma entrevista com um economista de uma gestora de ativos e a uma outra economista-chefe de outro banco. Todos tinham em comum não concordar com mudanças na política macroeconômica atual e defendiam o mesmo ponto de vista de Campos Neto, em reportagens de voz única, sem contraposição.

Por conteúdos como este, parece que não se aprendeu muito com os anos mais recentes de regressão social, econômica e de problemas informacionais de diferentes ordens. Não há praticamente discordância à pauta do “mercado”, embalada e disponibilizada aos jornalistas por grandiosas assessorias de imprensa de bancos e gestoras de fundos.

A mídia tenta direcionar a opinião pública sobre o projeto do novo governo eleito trazendo como certa (e única) a política macroeconômica do governo passado, ancorada na teoria mainstream.

Corroborando um importante economista do século XX, John Maynard Keynes, é fundamental que o Estado faça sua parte, sobretudo, em períodos de economia combalida: não basta modificar a política monetária, sendo necessária também uma mudança na política fiscal, assumindo caráter expansionista. E este é o caso do Brasil neste momento.

O governo deve usar seus recursos para reanimar a economia com uma política anticíclica, saindo na frente, até para tentar despertar o adormecido “espírito animal” dos empresários brasileiros que ainda restaram, em meio ao avanço da desindustrialização.

Desde que sirva, de fato, à habitação de pessoas de baixa renda e não como forma de alimentar o rentismo no mercado financeiro imobiliário, é relevante a retomada de programas como o “Minha Casa, Minha Vida”, e necessário que sejam realizados investimentos públicos, como em obras de infraestrutura. Também é importante o direcionamento dos recursos fiscais para financiar políticas de renda mínima para auxílio aos cidadãos mais vulneráveis.

Para a retomada da economia, a melhoria do salário mínimo (que não foi reajustado adequadamente nos últimos anos) chega em momento oportuno e deve continuar, e se faz imperativa uma reforma tributária que desonere os mais pobres e faça os super-ricos pagarem mais impostos.

Mais afeita a outras teorias econômicas que não a do mainstream, a equipe econômica deste governo entende que o desemprego e a crise econômica em geral guardam relação com a falta de novos investimentos e, em situações de crise, os investimentos dos empresários não tendem a se elevar por conta da insuficiência de

demanda agregada. Por isso, a ação do Estado é tão importante nesta direção.

As ações tomadas devem elevar o consumo das classes de renda mais baixas, que possuem maior propensão marginal a consumir, e ampliar o investimento, dando ocupação à capacidade ociosa das empresas, melhorando expectativas e incrementando o emprego. Muitos empresários hoje não veem motivos para investir em novos equipamentos na produção fabril. Estão ancorados no mercado financeiro e fazem dos significativos juros reais um alto negócio.

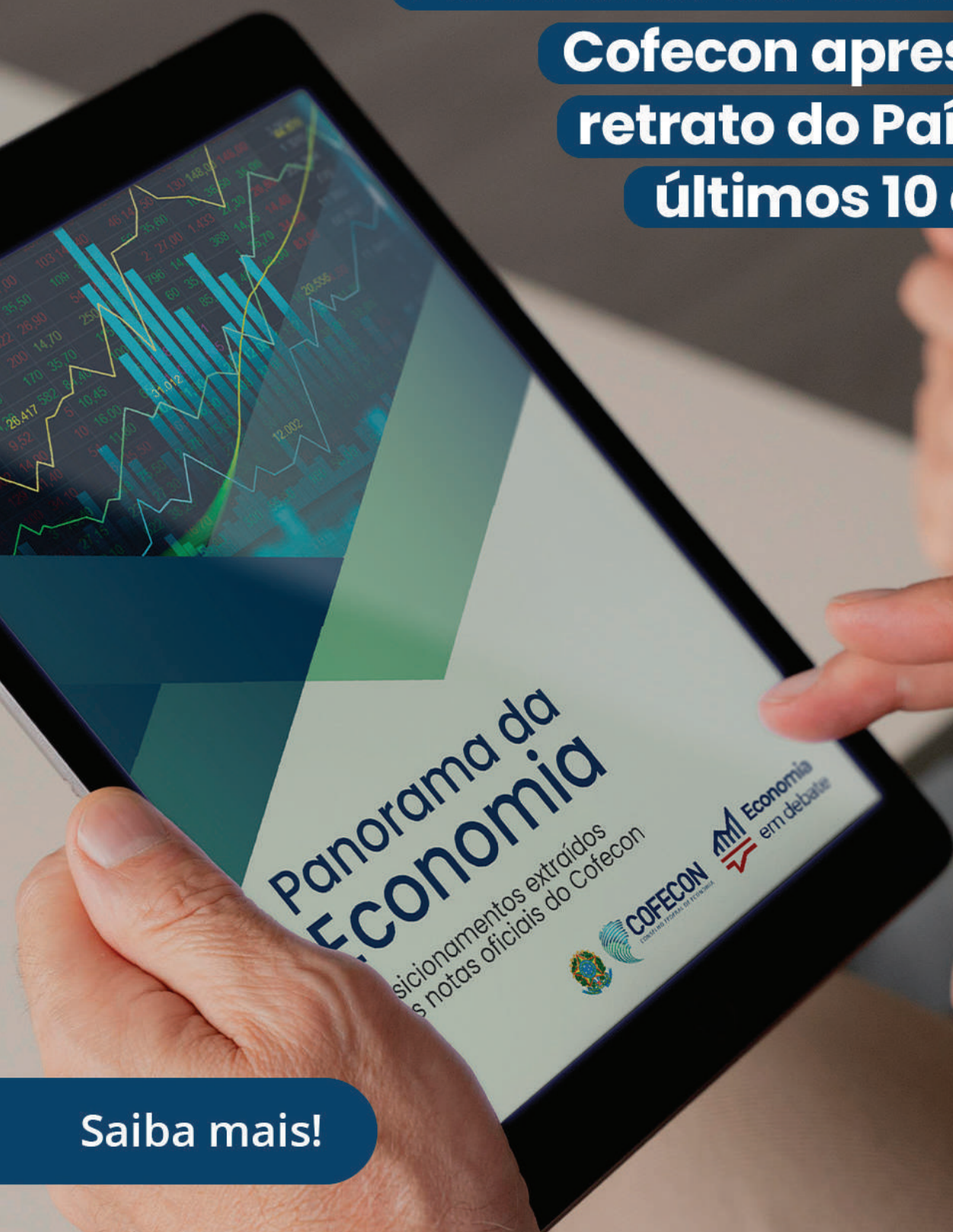
Uma política monetária de juros mais baixos integra o atual debate, porque, além de incorreta no diagnóstico em relação a boa parte das causas da inflação no Brasil e sobre a melhor forma de “atacá-la”, sua redução é relevante na melhoria da eficiência marginal do capital, essencial na política de retomada dos investimentos reais na economia.

Contrapor-se à institucionalidade vigente nunca foi tarefa fácil, ainda mais quando a mídia olha para trás. Keynes teve dificuldades para aceitação de suas ideias e segue sendo de difícil admissão. Mas, parafraseando Darcy Ribeiro, é preciso um reclamo de lucidez. Um projeto diferente em relação ao do governo anterior depende de uma política macroeconômica alternativa, certamente longe dos dogmas ortodoxos.



"O governo deve usar seus recursos para reanimar a economia com uma política anticíclica, saindo na frente, até para tentar despertar o adormecido “espírito animal” dos empresários brasileiros que ainda restaram, em meio ao avanço da desindustrialização."

**Panorama da Economia:
Cofecon apresenta
retrato do País nos
últimos 10 anos.**



Saiba mais!

A democracia e a condição da mulher

Por Rosa Maria Marques

No 8 de março de 2023, novamente as mulheres estão nas ruas, lutando por seus direitos e pressionando para que sua condição subalterna e explorada na sociedade capitalista tenha fim. Esse dia faz parte do calendário de lutas das mulheres do mundo todo e, em cada país, a depender da correlação de forças que tenham na sociedade e da sua capacidade organizativa, as manifestações serão mais ou menos expressivas, mas todas elas importantes.

No Brasil, o 8 de março deste ano assume um significado maior, pois ocorre no quadro de um novo governo, fruto de uma Frente Ampla

que deu fim a um dos períodos mais sombrios da história recente do país. Essa Frente Ampla, com o nome de Coligação Brasil Esperança, reuniu forças políticas dos mais diferentes matizes, inclusive lideranças políticas que até a pouco tempo estavam em lados opostos e, portando, não se falavam. Encabeçada pela figura de Luiz Inácio Lula da Silva e animada pela força do Partido dos Trabalhadores, essa Frente recebeu o apoio, especialmente no segundo turno, de um amplo espectro político, que ia da esquerda mais radical a personalidades associadas ao campo do neoliberalismo, a que se somaram



Rosa Maria Marques

Economista com doutorado pela Fundação Getúlio Vargas - SP. Fez pós-doutorado na Faculdade de Sciences Economiques da Université Pierre Mendes France de Grenoble e na Universidad de Buenos Aires. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



importantes instituições, inclusive dos bispos da igreja católica. A união de tão diferentes origens e classes expressou o reconhecimento de que era absolutamente necessário impedir a continuidade de Jair Bolsonaro no governo.

Dizia-se que era uma luta entre civilização e barbárie. E, de fato, assim foi. O governo de Bolsonaro promoveu a destruição do Estado, tornando nula sua capacidade de induzir crescimento econômico e desenvolvimento; reduziu para níveis antes impensáveis os recursos em áreas como educação, ciência e tecnologia, em programas voltados para as mulheres, e num número enorme de outros; armou a população; promoveu avanço no desmatamento da região amazônica, e insuflou o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, os ataques aos indígenas e o ódio contra os LGBTQIA+. Esse diagnóstico, assim como outros que o complementam, integra o Relatório Final do Gabinete de Transição (RFGT) (2022), resultado do trabalho dos diferentes Grupos Temáticos (GT) que compuseram a equipe de transição. Nesse relatório e nos dos GTs, a ação predatória e destruidora do último governo é sobejamente fundamentada e detalhada.

Na parte dedicada às Mulheres do RFGT (2022, p. 25), é dito:



A dimensão do desmonte provocado pelo governo Bolsonaro nas políticas para as mulheres é a expressão de um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher. Tal projeto começa na esfera simbólica, mas tem consequências concretas na desorganização e no esvaziamento das políticas públicas, na desidratação do orçamento, na desestruturação institucional e, conseqüentemente, na perda de direitos e até da própria vida das brasileiras.

De fato, o resultado dessa política deliberada foi o agravamento ainda maior da situação da mulher na sociedade brasileira. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), que divulgou, em dezembro de 2022, dados sobre a violência exercida contra meninas e mulheres, relativos ao 1º semestre desse ano, e que têm como fonte os boletins de ocorrência das Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal, 4 mulheres por dia foram vítimas de feminicídio nesse período, registrando aumento de 3,2% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Mais do que isto, a publicação do Fórum mostra que essa ocorrência vem aumentando desde 2019. Em relação ao 1º semestre de 2019, houve um aumento de 10,8%. Apesar do aumento do feminicídio durante o governo Bolsonaro, os recursos destinados para o enfrentamento à violência reduziu-se drasticamente, sendo que, em 2022, foi alocado o menor volume de toda sua série histórica.

Já os estupros de vítimas do sexo feminino aumentaram 12,5% em relação ao 1º semestre de 2021, ou seja, ocorreu um estupro de menina ou mulher a cada 9 minutos. Como consequência, essa forma de violência voltou ao nível do observado antes da pandemia. Segundo o Fórum, durante o período mais agudo da pandemia de Covid-19, esse tipo de registro diminuiu em função de maior dificuldade de acesso às delegacias e demais serviços de denúncia, bem como às instituições escolares, que têm papel fundamental no mapeamento e na denúncia da violência contra crianças (principais vítimas da violência sexual no país).

A posição diferenciada da mulher na sociedade brasileira não se resume à violência a que está submetida. Há outras dimensões que são importantes. É o caso da remuneração



O tratamento brutal com relação às mulheres e o lugar que lhes é reservado no mercado de trabalho é reflexo da ideologia patriarcal que domina a sociedade brasileira."

que recebe junto ao mercado de trabalho e mesmo a diferença quanto ao acesso ao trabalho. Estruturalmente, o que não é muito diferente de outras sociedades patriarcais no mundo, seu salário, com exceção das atividades exercidas junto ao serviço público, era, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 20,5% menor do que o dos homens, mesmo para formação e exercício de atividade iguais. Em 2022, no dia dedicada às mulheres, essa era a notícia estampada em diversos jornais do país, indicando que, em matéria de remuneração, muito havia ainda por conquistar. Além disso, como é sabido, as mulheres estão pouco representadas em cargos de chefia e mesmo em cargos eletivos, muito embora tenha aumentado sua participação nas últimas décadas.

Em momentos de retração econômica, quando a lista de despedidos começa a ser feita, a presença das mulheres é significativa. O resultado disso é que a taxa de desocupação das mulheres é maior do que a dos homens. Essa diferença aumentou durante a pandemia. Claus Offe (1994), ao analisar a explosão das taxas de desemprego nos anos 1970, nos lembrou que, mesmo entre os sindicalizados, persiste a ideia de que a remuneração da mulher constitui apenas um reforço ao orçamento familiar, de modo que consideravam "normal" que as mulheres fossem demitidas primeiro.

O tratamento brutal com relação às mulheres e o lugar que lhes é reservado no mercado de trabalho é reflexo da ideologia patriarcal que domina a sociedade brasileira. Nos últimos anos, especialmente no governo Bolsonaro, vimos ser reforçada essa ideologia, inclusive a partir das manifestações do principal mandatário do país. Agora, que novos ventos se apresentam, há esperança que a situação possa mudar para melhor. Trata-se de anular medidas que favorecem o descaso e a violência contra a mulher (por exemplo, a facilitação da compra de armas) e aumentar os dispositivos que exigem tratamento igual entre os gêneros em todos os campos. A criação de um Ministério da Mulher é um indicativo da prioridade que isso assume no governo Lula.

Esse é mais um motivo de o dia 8 de março de 2023 ser um momento de grande manifestação das mulheres brasileiras. Que as ruas fiquem cada vez mais coloridas de lilás!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Brasil, integrante dos Grupos de Trabalho da CLACSO Crisis y Economía Mundial e Seguridad Social y Sistemas de Pensiones. Professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUCSP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

GABINETE DE TRANSIÇÃO. Relatório final do Gabinete de Transição Governamental. Brasília, 2023. Disponível em <https://gabinetedetransicao.com.br/>

noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/ Acesso em 23/12/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022. São Paulo, FBSP, 2022. Disponível em https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-1o-semester-de-2022/ Acesso: 06/02/2022.

OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1994.



Podcast Economistas

NOVA TEMPORADA

**Disponível nos principais agregadores
de podcast***

*Anchor, Breaker, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Overcast, Pocket Casts, RadioPublic e Spotify

Uma análise sobre o avanço da equidade de gênero na gestão pública no Brasil

Por Vanessa de Oliveira e Pétula Ponciano



Vanessa de Oliveira

Administradora especialista em Gestão Pública pela IFRJ. Mestra em Gestão e Estratégia pela UFRRJ. Servidora Pública Federal no Poder Executivo.



Pétula Ponciano

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora na Embrapa Café.

A participação da mulher no mercado de trabalho ainda é uma questão fundamental que exige políticas públicas estruturantes, como podemos perceber no destaque que é dado na Agenda 2030 da ONU, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

De acordo com relatório publicado em 2022, os dados sobre o Objetivo nº 5 são preocupantes, pois mostram a lentidão do progresso deste ODS, que não tem ocorrido como o esperado. Um dos indicadores presentes nesse relatório, e que cabe destaque, sinaliza que as mulheres representam 46% da força de trabalho no setor público. Apesar disso, elas possuem pouca representação em funções gerenciais e de liderança. Somente 14% dos países têm uma mulher como chefe de estado ou de governo, e apenas 21,9% dos cargos de ministros são ocupados por mulheres (ONU, 2022).

No Brasil, as estruturas existentes desde a época colonial até há pouco tempo, eram com pouca diversificação de trabalho, muito excludentes e não ofereciam muitas oportunidades de emprego para as mulheres (ALVES e CAVENAGHI, 2019).

Muller e Fernandes (2021), em um de seus estudos, descreveram o que chamaram de estágio embrionário do movimento feminista, ao citarem Wollstonecraft e De Gouges, mulheres revolucionárias de sua época. A primeira defendia a educação e a emancipação feminina, enquanto

a segunda de que as mulheres eram tão dignas de direitos quanto os homens, assim como direitos específicos, tendo em vista as particularidades femininas. Os movimentos iniciados por essas mulheres no século XVIII foi um incentivo para que outros movimentos surgissem na época, como por exemplo, o movimento sufragista.

Alves (2015) acredita que *"houve melhoria das condições de vida das mulheres, mas isso ocorreu de forma diferenciada nas distintas áreas de atividade humana e não foi uniforme em termos nacionais e regionais"*. Depois do final da 2ª Guerra Mundial e da 4ª Conferência Mundial de Mulheres, esta última realizada pelas Nações Unidas (ONU Mulheres), em 1995, na cidade de Pequim, houve uma queda nas desigualdades de gênero (ALVES, 2015).

Sobre essa Conferência é importante destacar o objetivo do evento, que foi a apresentação da Declaração e a Plataforma de Ação, cujo programa foi destinado ao empoderamento da mulher. O intuito era acelerar ações realizadas sobre as Estratégias Prospectivas de Nairóbi, e em Viena, para que houvesse mais oportunidades tanto na esfera pública quanto privada e menos obstáculos para as mulheres, assim como garantir a todas os direitos humanos e liberdades fundamentais por toda a sua vida (ONU Mulheres, 1995).

A Conferência buscou fortalecer *"mediante uma participação plena e em igualdade de condições no processo de tomada de decisões*

econômicas, sociais, culturais e políticas" (ONU Mulheres, 1995):

A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e constitui uma condição para o êxito da justiça social, além de ser um requisito prévio necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz. Para se obter um desenvolvimento sustentável orientado para o ser humano, é indispensável uma relação transformada entre homens e mulheres, baseada na igualdade. É necessário um empenho contínuo e de longo prazo para que as mulheres e os homens possam trabalhar de comum acordo para que eles mesmos, seus filhos e a sociedade estejam em condições de enfrentar os desafios do século XXI. (ONU MULHERES, 1995)

No Brasil, em levantamento realizado pelo IBGE (2021), um indicador mostra que mulheres ocupam apenas 37,4% das posições gerenciais, enquanto os homens ocupam as demais 62,6%. Ainda sobre ocupações de funções gerenciais, é importante salientar o indicador referente ao recorte racial, pois a diferença chega a ser gritante: 66,9% são ocupadas por mulheres brancas e, somente 31,1% são mulheres negras ou pardas (TAVARES e JUSTINE, 2023).

Em relação à participação das mulheres na política é ainda pior, pois ainda está muito abaixo do esperado, o que explica também a baixa ocupação de cargos de alta gestão na Administração Pública por mulheres.



"A participação da mulher no mercado de trabalho ainda é uma questão fundamental que exige políticas públicas estruturantes"



Contudo, é de amplo conhecimento o compromisso de campanha do presidente Lula com a pauta da igualdade de gênero, o que foi reiterado em janeiro de 2023, quando o governo brasileiro associou-se ao Compromisso de Santiago (“Um instrumento regional para responder à crise da Covid-19 com igualdade de gênero”), adotado em 31 de janeiro de 2020, por ocasião da XIV Conferência Regional sobre a Situação da Mulher da América Latina e do Caribe (CRM/CEPAL), assim como a adesão à Declaração do Panamá (“Construindo pontes para um novo pacto social e econômico gerido por mulheres”), aprovada pela 39ª Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM/OEA), realizada entre 25 e 26 de maio de 2022.

O Governo entende que tanto o Compromisso de Santiago quanto a Declaração do Panamá estão plenamente alinhados com a legislação brasileira pertinente, em particular no que diz respeito à promoção da igualdade e da equidade de gênero em diferentes esferas, à participação política das mulheres, ao combate a todas as formas de violência e discriminação, bem como aos direitos sexuais e reprodutivos.

Estudo recente (Xavier, 2018) sinaliza que mesmo a administração pública tendo sido apontada como uma das melhores oportunidades para que as mulheres possam se desenvolver em termos profissionais, ainda existem desigualdades persistentes entre

homens e mulheres. Em 2022 foi criado o grupo “Elas no Orçamento”, uma iniciativa de mulheres especialistas em planejamento, orçamento e finanças públicas, colaborativa, apartidária e voluntária, que identifica e dá publicidade a nomes e currículos de mulheres com elevada competência nas áreas.

O Elas no Orçamento se subdividiu em alguns subgrupos. Um deles, “ESG no Serviço Público”, foi responsável pela realização de uma pesquisa quantitativa, com base nos dados publicados no Diário Oficial da União (D.O.U.), no período de 01 a 27 de janeiro de 2023, considerando apenas as nomeações e designações com funções FCE/CCE a partir de 1.10 para que, pudesse analisar sob essa ótica quais os desafios do governo e pensar em estratégias. Verificou-se que o cenário, ainda hoje, é o de mulheres concentradas em cargos de “execução” enquanto o gênero masculino concentra-se nos cargos decisórios.

Depreendemos que estamos no caminho de construção e consolidação das pautas relativas à equidade de gênero e raça do novo governo. O levantamento feito identificou que, nesse período, somente onze ministérios estavam com uma presença maior de nomeações femininas. Como o estudo foi feito com base no D.O.U., não foi possível levantar a quantidade de nomeações de mulheres pretas, pardas e indígenas.

Entendemos que o momento é de levantar dados, que possam auxiliar o atual governo a



efetivar a mudança deste cenário, uma vez que, no período pesquisado, ainda havia mais de 60% dos cargos vagos. Outro fator importante a ser destacado é que o governo é o grande indutor e, por essa razão, deve criar políticas públicas que contribuam para o fortalecimento da igualdade de gênero e raça em todos os locais, setores públicos e privados.

Foi identificado também, que alguns órgãos têm políticas internas que dificultam a cessão para outros órgãos em cargos que não sejam decisórios, ou seja, acima do equivalente ao antigo DAS 5, atual FCE 1.13. Isso reduz a oportunidade de as mulheres assumirem tais posições, uma vez que, historicamente, têm menos oportunidades, e portanto, menos experiência em cargos de alta gestão.

A percepção é que o tema merece reflexões mais aprofundadas e que deve estar sob o olhar da pesquisa acadêmica, para que com base em estudos científicos do ponto de vista socioeconômico, possamos ter dados para a construção de políticas públicas mais eficazes e estruturantes para de fato mudarmos o quadro atual.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.E.D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. Rev Estud Fem [Internet]. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 22 fev. 2023

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil. Revista USP, (122), São Paulo, p. 11-26, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i122p11-26>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MULLER, M.; FERNANDES, F. S. Políticas Públicas como Instrumento Democrático: busca pela equidade de gênero no Brasil. Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 3, n. 3, p. 87–109, 2022. DOI: 10.14295/rcn.v3i3.13957. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13957>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. ONU Mulheres. 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em 22 fev. 2023.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. El Progreso en el Cumplimiento de Los Objetivos de Desarrollo Sostenible Panorama de Género 2022. UN Women. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-10/Progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2022-es.pdf>. Acesso em 22 fev. 2023.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Sustainable Development Goal 5: Igualdade de gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 22 fev., 2023.

TAVARES, A. F.; JUSTINI, N. A. Desenvolvimento de Lideranças Femininas dentro da Administração Pública. Revista Administração & Gestão: um olhar para o futuro organizacional, volume II, 105 p. DOI: 10.47573/aya.5379.2.147.7. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/23450/1/tavares_justini_desenvolvimento_liderancas_femininas.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

XAVIER, E. M. Gênero e raça no orçamento público brasileiro. 1.ed. - Brasília: Assecor, 2020, 204p.

A economia popular como categoria para discutir o Brasil

Por Sibelle Diniz

A economia popular é uma categoria fundamental para a compreensão do sistema econômico brasileiro. Embora ainda pouco inserida nos debates teóricos e “invisível” nos dados e indicadores existentes, ela permite explicar grande parte das práticas e atividades econômicas desenvolvidas no país, podendo, portanto, contribuir para o desenho e a execução de políticas públicas, bem como para diagnósticos e análises mais condizentes com as realidades de muitos brasileiros e brasileiras.



Sibelle Diniz

Doutora em Economia e professora do Cedeplar-Face/UFMG. Coordena o Grupo Colmeia, da Face/UFMG, que desenvolve ações junto a iniciativas econômicas populares na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Hoje é diretora científico-cultural no Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade do Espaço do Conhecimento UFMG.

Inicialmente, trato da gênese da discussão sobre a economia popular na América Latina. Em seguida, discuto alguns pontos relevantes para se tratar a economia popular na contemporaneidade, especialmente no Brasil. Por fim, traço conexões com leituras atuais sobre a economia popular e que abrem caminhos para construções metodológicas inovadoras sobre essas práticas.

É fundamental entendermos a economia popular como uma categoria latino americana, cujo início da discussão data dos anos 1970/1980. Nesse período, três autores se destacaram em seus escritos sobre a economia



popular. Orlando Nuñez Soto (1995) faz uma discussão sobre a Nicarágua, a partir de sua inserção política no país. Luis Razeto (1983, 1993) realiza um extensivo mapeamento das atividades econômicas populares no Chile, inclusive com uma tentativa de criação de categorias dentro da economia popular. E José Luis Coraggio (1992, 1994), que trata principalmente do contexto da Argentina, constrói, possivelmente, a definição mais formal de economia popular.

São muitas as definições de economia popular que encontramos nas obras desses autores. Razeto (1983, 1993) a trata como um “conjunto heterogêneo de atividades oriundas das classes populares, dinâmico, altamente adaptável, desenvolvido a partir de recursos próprios, em pequenas unidades produtivas”. Já Coraggio (1989, 1994) fala da economia popular como um “conjunto de unidades domésticas que organizam os recursos e as capacidades dos seus membros”, que ele vai chamar de fundo de trabalho, “para gerir a satisfação das suas necessidades”, tendo como objetivo último o que ele chama de “reprodução ampliada da vida”. A unidade doméstica é entendida por Coraggio como a unidade de análise da economia popular. Ela pode ser uma família nuclear ou estendida, um grupo de amigos ou de vizinhos, um grupo étnico, que tem como fim a reprodução da vida nas melhores condições possíveis.

O que reúne esses autores em torno da ideia da economia popular - termo que às vezes aparece com variações, como economia dos setores populares ou economias populares - é o contraponto às discussões que emergiam no mundo, especialmente no norte global, sobre a economia informal e o setor informal urbano. A ideia de economia informal se expande a partir do trabalho de Keith Hart, de 1973. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) se apropria dessa discussão e passa a divulgar uma ideia de economia informal atrelada aos planos de desenvolvimento voltados ao global. Nessa leitura, o desenvolvimento era entendido como um processo de incorporação de um setor informal, atrasado, arcaico, tradicional, pelo

setor moderno. Em outras palavras, haveria um processo quase natural de desaparecimento desse setor, à medida que ele fosse incorporado pelo setor moderno da economia. Ouso dizer que a economia informal ainda é entendida dessa forma por grande parte dos economistas e da teoria econômica.

O que os autores da economia popular vão ressaltar, ao contrário, é que esse setor sempre existiu na América Latina, mas que nunca tendeu ao desaparecimento. Ainda que os países tenham vivenciado processos de industrialização, de migração urbano-rural, etc., a economia popular continuou bastante presente na vida econômica, sendo funcional para a economia como um todo.

Na visão convencional, a economia informal era tratada como um conjunto relativamente homogêneo de atividades, de baixa tecnologia, intensivas em trabalho, pouco dinâmicas, onde a privação e a precariedade eram prevaletentes. Ao invés de reforçar esse estereótipo de um setor parado no tempo, com baixa articulação com outros setores e com poucas trocas monetárias, os autores da economia popular vão ressaltar, por outro lado, a heterogeneidade das suas atividades, sua dinamicidade e facilidade de adaptação aos diferentes desafios colocados pela conjuntura econômica no tempo.

Coraggio, em especial, vai ressaltar a racionalidade específica das atividades presentes na economia popular. Trata-se de uma racionalidade distinta da que nós, economistas, atribuímos às firmas ou às empresas capitalistas, que visa a maximização de lucros e a acumulação. Coraggio vai dizer que a racionalidade da economia popular e de suas unidades domésticas não é o lucro, mas sim, a reprodução ampliada, no sentido de um aprimoramento gradual das suas condições de vida.

Coraggio e outros autores dão vários exemplos de como essa racionalidade se expressa nas práticas da economia popular. Um exemplo interessante é o do familiar que é parte do empreendimento popular. Podemos pensar em uma artesã que tem os familiares como auxiliares naquela atividade. A lógica de trabalho nessa unidade doméstica é a familiar. Quando se tem um filho, um marido, um primo



ou um sobrinho envolvido no empreendimento popular, esse trabalhador não é visto da mesma maneira que um trabalhador em uma empresa. Ou seja, ele não é demitido ou desligado diante de uma falta ou de uma situação de doença ou improdutividade. Ele pode ter uma relação de trabalho que passa por outra dinâmica de contagem de horas trabalhadas. Ele pode sair do empreendimento durante um tempo, por exemplo, se conseguir um emprego formal, e depois voltar, caso caia novamente em uma situação de desemprego. Então, há uma dinâmica de movimentação desses trabalhadores dentro do empreendimento, seguindo uma racionalidade articulada à reprodução da família e à composição da renda familiar, de forma muito distinta do que se espera de uma empresa capitalista.

Outro ponto tratado por Coraggio (2012), a partir do resgate da obra de Karl Polanyi (2012), diz respeito à coexistência de princípios de comportamento econômico nas unidades da economia popular. Ali, o princípio do mercado está conectado a outros princípios, como o da reciprocidade, relacionado à simetria e solidariedade; o da domesticidade, ligado à organização dos recursos dentro do domicílio e pelas famílias; e o da redistribuição, quando os recursos são reunidos e redistribuídos em alguma forma de instituição ou organização coletiva.

Além de ressaltar a racionalidade específica das unidades domésticas, é relevante entender que esses modos de organização econômica aparecem de forma híbrida nas práticas da economia popular.

Assim, não é suficiente analisar uma unidade doméstica da economia popular apenas através da sua relação com o mercado. Diversos pesquisadores da economia popular e da economia solidária, quando realizam pesquisa primária e/ou atividades extensionistas junto a esses empreendimentos, compreendem que o ganho dos trabalhadores envolvidos vai muito além do retorno monetário ou de mercado. Para além da renda e do emprego, é preciso ressaltar os laços de solidariedade, de reciprocidade, os ganhos de autonomia.

Tudo isso nos ajuda a rever o modo como, historicamente, olhamos para essas práticas, muitas vezes, a partir de lentes que são incapazes de dar conta da complexidade dos processos. Por isso, este texto defende a ideia de que precisamos entender a economia popular para entender o Brasil. Se permanecemos olhando para ela através das lentes da economia formal, da economia capitalista, da empresa, não sairemos do lugar no desenho de ações para seu apoio e fortalecimento.



"Diversos pesquisadores da economia popular e da economia solidária (...) compreendem que o ganho dos trabalhadores envolvidos vai muito além do retorno monetário ou de mercado. Para além da renda e do emprego, é preciso ressaltar os laços de solidariedade, de reciprocidade, os ganhos de autonomia."



Segundo dados dos Censos Demográficos, no ano 2000, pouco mais de 25% dos trabalhadores ocupados no Brasil (ou 16,7 milhões de pessoas) se enquadravam na economia popular. Em 2010, esse percentual era de 19,9% dos trabalhadores ocupados (19,8 milhões de pessoas) (Tabela 1). Essas informações foram obtidas a partir do estudo apresentado por Diniz (2016), que elaborou uma tipologia da economia popular a partir da ideia de unidades domésticas individuais e unidades domésticas familiares. Entre as principais ocupações, estavam as confecções em pequena escala, os cuidados pessoais (incluindo cuidado de crianças e de idosos, de importância crescente), a fabricação artesanal de alimentos, o pequeno comércio local e a reciclagem. Além desses, foram encontrados setores mais próximos das cadeias globais de produção: a construção civil, as confecções, a produção agrícola e a pecuária em pequena escala.

Tabela 1 - Trabalhadores da economia popular e em outras categorias de ocupação, Brasil, 2000 e 2010

		2000			2010			2000-2010	
		Em milhões	%	% acum.	Em milhões	%	% acum.	Em milhões	Cresc. (%)
Economia popular	Economia popular - Grupo 1	7	10,6	10,6	7,6	8,8	8,8	0,7	9,4
	Economia popular - Grupo 2	4,9	7,5	18,1	4,1	4,7	13,6	-0,8	-16,8
	Economia popular - Grupo 3	4,8	7,3	25,4	5,4	6,3	19,9	0,6	13,5
Economia informal	Trabalhadores domésticos	5	7,6	33	6	6,9	26,8	0,9	18,9
	Assalariados sem carteira	12,2	18,6	51,6	13,4	15,6	42,4	1,2	10
	Outros*	1,4	2,1	53,7	1,1	1,3	43,7	-0,3	-19,4
Economia formal	Assalariados com carteira	22,4	34,2	87,9	37,1	43	86,7	14,7	65,3
	Empregadores e autônomos	4,2	6,5	94,4	7	8,1	94,8	2,7	64,4
Economia do setor público	Setor público	3,7	5,6	100	4,7	5,4	100	1	25,9
	TOTAL	65,6	100	100	86,4	100	100	20,7	31,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

*Não remunerados e produtores para o próprio consumo não incluídos no recorte adotado para a economia popular.

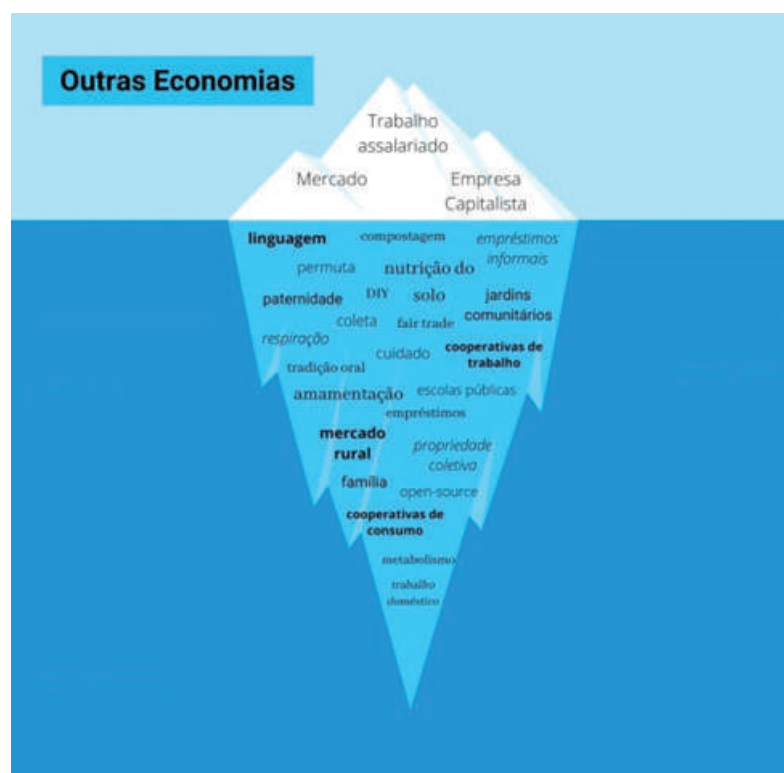
Chegando ao fim deste texto, levanto algumas provocações. *O que podemos nós, economistas, diante das configurações contemporâneas da economia popular, e de sua relevância? Para onde devemos caminhar do ponto de vista metodológico, da produção de dados e do conhecimento, dentro desse quadro?*

Ao que me parece, a chave está em avançar na compreensão das contradições, ambiguidades e complexidades da economia popular. Verónica Gago (2014, 2018) nos ajuda a entender essa questão a partir da ideia de “economias barrocas”: economias marcadas por um mosaico de tempos e de lógicas de operações, nas quais o trabalho, muitas vezes difícil e precário, é também lugar de solidariedade e confiança. São iniciativas complexas, das quais os binarismos e as leituras simplistas e moralistas não dão conta.

Já o coletivo Gibson-Graham (2006, 2020) propõe a ideia de “economias diversas” para a promoção de um outro discurso econômico, baseado na diferença. As autoras utilizam a imagem de um iceberg (Figura 1) para ilustrar a diversidade das práticas econômicas, invisibilizadas pela lente capitalocêntrica que guia a teoria econômica, de modo geral, e que se baseia em três elementos:

o mercado, a empresa capitalista e o trabalho assalariado. Quando olhamos para as economias como elas realmente são, encontramos um conjunto muito mais heterogêneo e complexo de práticas, que passam pelas trocas não monetárias, pelo trabalho não mediado pelo salário, como o que ocorre nas cooperativas, famílias, associações, além do trabalho reprodutivo das mulheres. Essa série de práticas é representada na parte escondida ou submersa no iceberg, e que deve ser, cada vez mais, objeto de nosso interesse e esforço compreensivo.

Nota: Este texto reflete, em grande medida, as discussões realizadas no Colmeia - grupo de estudos, pesquisa e extensão em economia popular e solidária da Face/UFMG, que coordeno desde 2016.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORAGGIO, J. L. Política económica, comunicación y Economía Popular. En Ecuador Debate Núm. 17. Quito: CAAP, 1989.

CORAGGIO, J. L. De sector informal a la economía popular. Quito: CIUDAD-CIAP, 1992.

CORAGGIO, J. L. Economía urbana: la perspectiva popular. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO (UNGS) / CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). Karl Polanyi: Textos escogidos. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012.

DINIZ, S. C. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

GAGO, V. La razón neoliberal. Economías barrocas e pragmática popular. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.

GAGO, V. What are popular economies? Some reflections from Argentina. Radical Philosophy, 202.

p. 31-38, 2018.

GIBSON-GRAHAM, J. K., DOMBROSKI, K. (Eds.). The Handbook of Diverse Economies. Edward Elgar Publishing, 2020.

GIBSON-GRAHAM, J. K.. The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy; with a new introduction. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2006.

HART, K. Informal income Opportunities and Urban Employment in Ghana. En The Journal of Modern African Studies. Núm. 1, Vol. 11, pp.61-89. Cambridge: Cambridge University, 1973

NÚÑEZ, O. La economía popular asociativa y autogestionaria. Managua: CIPRES, 1995.

OIT. 78° CIT. El dilema del Sector no estructurado. Memoria del Dir. General. Ginebra: ILO, 1991.

POLANYI, K. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAZETO, L. De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

RAZETO, L. et al. Las Organizaciones Económicas Populares. Santiago: Ediciones PET, 1983.

Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Por uma nova política econômica para a Bahia que promova a sustentabilidade dos pequenos negócios

Por Isabel Ribeiro

Quando o ano começa, os sonhos se renovam. Para grande parte da população brasileira que deseja ser “dona do seu próprio negócio” são apresentadas questões sobre as melhores oportunidades para empreender. As oportunidades são variadas e muitas delas podem ser implementadas pelo empreendedor



Isabel Ribeiro

Graduação em Economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado profissionalizante em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais na Indústria, também na UFBA. MBA em Transformação Digital e Futuro dos Negócio pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia.

informal, por uma microempresa individual e por empreendimentos de micro e pequeno porte com condições estruturais mais organizadas para empreender.

A passagem de um ano para o outro não significa a interrupção de um ciclo para que outro seja iniciado do zero, mas sim a continuidade de ciclos anteriores onde alguns modelos de negócios foram gradativamente descontinuados, outros modernizados e outros disruptivamente inovados.

A transformação digital carrega consigo a volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade. Mais do que nunca, gerir negócios é gerir riscos, e riscos precisam ser calculados e gerenciados. Daí a importância do planejamento, da gestão profissionalizada, não apenas para negócios em fase inicial, como para outros já estabelecidos.

O e-commerce se intensificará. Têm potencialidades para expansão, por exemplo, os Clubes de Assinaturas focado no público digital e os Mercados de Afiliados, formas de gerar renda on-line por meio da divulgação e venda de produtos e serviços, sejam eles produtos físicos ou digitais. Mesmo para aqueles cuja operações presenciais são imperativas, ter presença digital é imprescindível.



**Mais do que nunca,
gerir negócios é gerir
riscos, e riscos preci-
sam ser calculados
e manejados."**



Fruto desses relacionamentos digitais, os donos dos pequenos negócios precisam estar atentos à experiência do cliente e à proteção de dados. Essas novas iniciativas viabilizam oportunidades para os que estão se especializando no uso inteligente de dados e na inteligência artificial. Assim, negócios com modelos tradicionais de operação precisam, urgentemente, se adequar a essa nova realidade.

Uma vez colocados os mais pobres na agenda de desenvolvimento, via programas de transferência de renda, micro negócios de vizinhança (com baixos investimentos, precárias tecnologias e gestão intuitiva, inclusive por intermédio de gestores informais e na informalidade) também encontrarão oportunidades para empreender. Com os R\$ 600 recebidos mensalmente, as famílias mais carentes vão consumir alimentos, roupas, sapatos, materiais de construção, eletrodomésticos, sendo alguns desses itens comercializados nos espaços periféricos onde esses consumidores residem.

Em 2023 continuaremos a conviver com paradoxos e assimetrias entre essas tipologias de empreendimentos (tradicionais e tecnológicos), tanto nas oportunidades quanto nas qualificações e na competitividade. Assim, tratando do universo dos pequenos negócios, mesmo os nativos digitais e os mais letrados, com maior acesso e conhecimento dos caminhos para obter recursos financeiros e apoios institucionais, “saboreiam”, guardando as devidas proporções, os mesmos

“dissabores” dos empreendedores unipessoais informais e das MPES, em consequência do ambiente hostil no qual estão inseridos para empreender.

Com a institucionalização da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresa (Lei Complementar 123/2006) algumas iniciativas tiveram avanços importantes, como a instituição do Simples Nacional, enquanto outras pouco avançaram, a exemplo do acesso ao crédito. Outras, ainda, retrocederam, como o apoio às inovações e à tecnologia, em razão de cortes orçamentários relevantes para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Para os pequenos empreendedores, em especial os de setores da indústria e dos serviços industriais, o apoio para formação e qualificação da mão de obra ficou a desejar, imputando-lhes um elevado custo para contratar e formar, minimamente, sua mão de obra, comprometendo, sobremaneira a competitividade desses segmentos. Isso também se repetiu para os demais setores.

Face a esse cenário, o Conselho Federal de Economia e seus Conselhos Regionais se colocam à inteira disposição do novo Presidente e dos(as) Governador(as), dos representantes do Sistema S e das Entidades Representativas de Classes Empresariais para debater, contribuir e realizar reflexões necessárias para uma nova agenda de políticas públicas em favor dos pequenos negócios para a o quadriênio 2023-2026.



Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

Uma breve análise econômica do município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2020

Por Adriane Nascimento

Localizado na mesorregião Centro-Sul do Mato Grosso, o município de Cáceres é o oitavo mais populoso do estado, com uma população de 92.632. O setor de serviços é o principal motor desta economia, sendo responsável por cerca de metade da participação da atividade econômica entre 2010 e 2020 e pelo maior número de contratações entre 2010 e 2019.

Entre o período de 2010 a 2020, o município de Cáceres apresentou um PIB *per capita* médio de R\$ 16.472,74, enquanto o PIB *per capita* médio do Mato Grosso foi de R\$ 37.385,51. É possível observar que, apesar do crescimento contínuo do município de Cáceres entre 2010 e 2020, a diferença entre o PIB *per capita* do Mato Grosso e deste município se ampliou significativamente entre 2013 e 2020, com uma diferença média de R\$19.013,39.



Adriane Nascimento

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Mestre em Economia - IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa) - Brasília. Pós-graduada em Advocacia Societária pelo EBRADI E ESA-SP. Sócia Administradora do Escritório Simões Santos & Nascimento – Sociedade de Advocacia.

Ano	PIB <i>per capita</i> Cáceres	PIB <i>per capita</i> Mato Grosso	PIB/N Mato Grosso – PIB/N Cáceres
2010	R\$ 10.191,91	***	***
2011	R\$ 11.474,79	***	***
2012	R\$ 12.556,44	***	***
2013	R\$ 13.344,56	R\$ 28.007,75	R\$ 14.663,19
2014	R\$ 15.763,76	R\$ 31.396,81	R\$ 15.633,05
2015	R\$ 17.169,87	R\$ 32.895,05	R\$ 15.725,18
2016	R\$ 18.870,73	R\$ 37.476,67	R\$ 18.605,94
2017	R\$ 19.900,52	R\$ 37.926,22	R\$ 18.025,70
2018	R\$ 20.104,68	R\$ 39.931,13	R\$ 19.826,45
2019	R\$ 20.259,81	R\$ 40.787,32	R\$ 20.527,51
2020	R\$ 21.563,09	R\$ 50.663,19	R\$ 29.100,10
Média	R\$ 16.472,74	R\$ 37.385,51	R\$ 19.013,39

Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE.

Ano	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> Cáceres (MT)	Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i> Mato Grosso
2010	***	***
2011	12,59%	***
2012	9,43%	***
2013	6,28%	***
2014	18,13%	12,10%
2015	8,92%	4,77%
2016	9,91%	13,93%
2017	5,46%	1,20%
2018	1,03%	5,29%
2019	0,77%	2,14%
2020	6,43%	24,21%
Média	7,90%	9,09%

Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE.

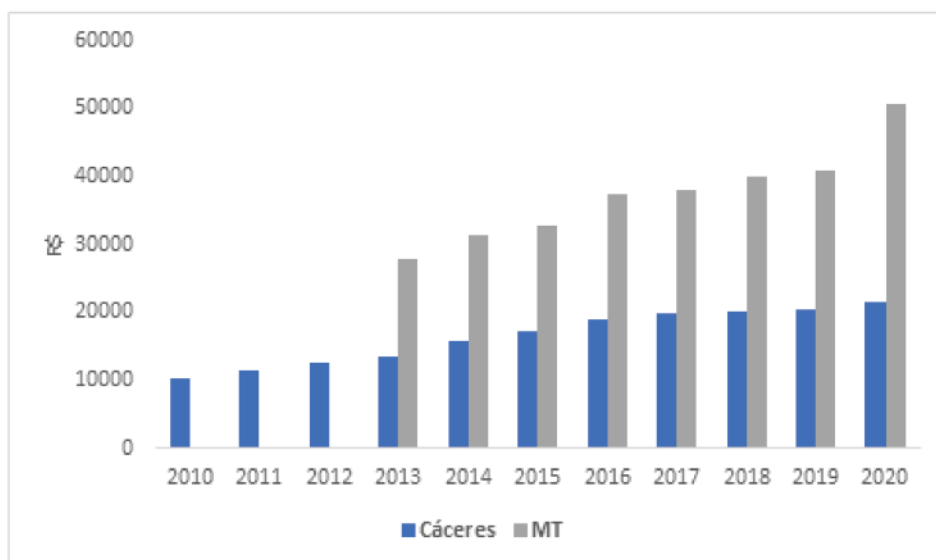
Tabela 1 – PIB per capita do Município de Cáceres (MT) e do estado do Mato Grosso (valores correntes mensurados em moeda nacional)

Esta diferença entre o PIB per capita do estado e o do município entre 2013 e 2020 é notada, de maneira mais clara, a partir do comportamento da taxa de crescimento¹ média do indicador: no município de Cáceres foi de 7,9%, enquanto a do estado do Mato Grosso foi de 9,09%.

Em 2020, ano no qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como pandemia, houve aumento de 6,43% e 24,21% no PIB *per capita* do município de Cáceres e do estado do Mato Grosso, respectivamente. Tais resultados revelam a força da economia do município de Cáceres e do estado, pois enquanto o Brasil crescia o seu PIB *per capita* em 2,2% – segundo dados do IBGE (2023) – estes apresentavam crescimento maior.

Tabela 2 – Taxa de crescimento do PIB per capita de Cáceres (MT) e do Estado do Mato Grosso (valores correntes mensurados em moeda nacional)

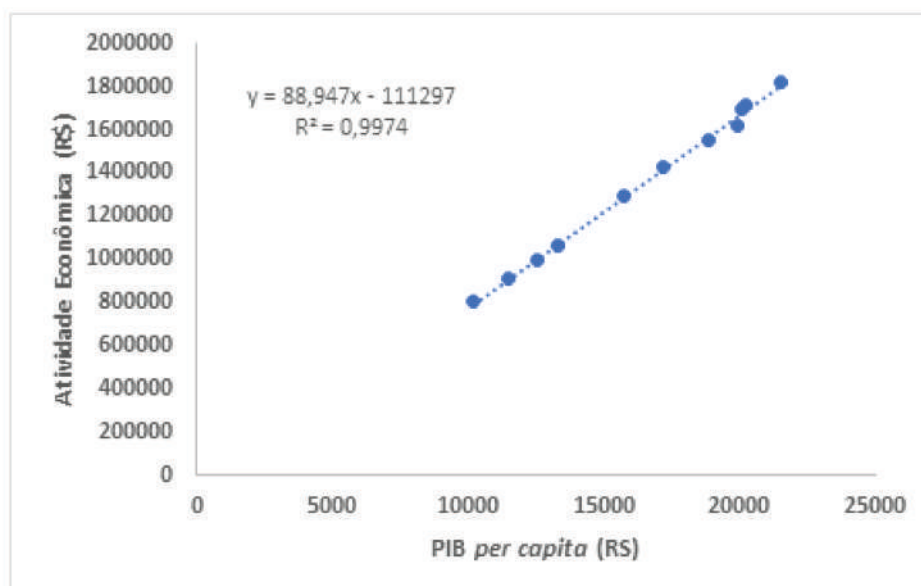
É possível visualizar, no Gráfico 1, o comportamento do PIB *per capita* do município e do Estado ao longo do tempo. Nota-se que entre 2010 e 2016 o crescimento do PIB *per capita*, tanto no município quanto no estado, foi significativo. Entre 2017 e 2020 o crescimento foi menor. Este fato pode estar associado ao choque de austeridade econômica (corte de gasto público abrupto, alta da taxa de juros, reforma trabalhista, teto de gastos, reforma da previdência e vendas de ativos públicos), implantado a partir da gestão Temer e continuado durante a gestão Bolsonaro, que afetou o crescimento da economia brasileira como um todo.



Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE.

Gráfico 1 – PIB per capita de Cáceres (MT) e do estado do Mato Grosso (valores correntes mensurados em moeda nacional)

O Gráfico 2 expressa a relação entre o PIB *per capita* e a atividade econômica no município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2020. É possível notar a forte correlação ao longo do tempo entre as variáveis, o que se relaciona com a literatura econômica, que indica que quanto maior o nível de atividade econômica, maior será o nível de riqueza da região e, conseqüentemente, dos seus habitantes. O teste realizado no Excel entre as duas séries revela uma correlação de 99,86%, o que confirma a hipótese. Assim, segundo os resultados, o crescimento da atividade econômica no município pressionou o PIB *per capita* cima. Para investigar mais a fundo o comportamento da atividade econômica do município, é importante desagregá-la, como mostra o Gráfico 3.

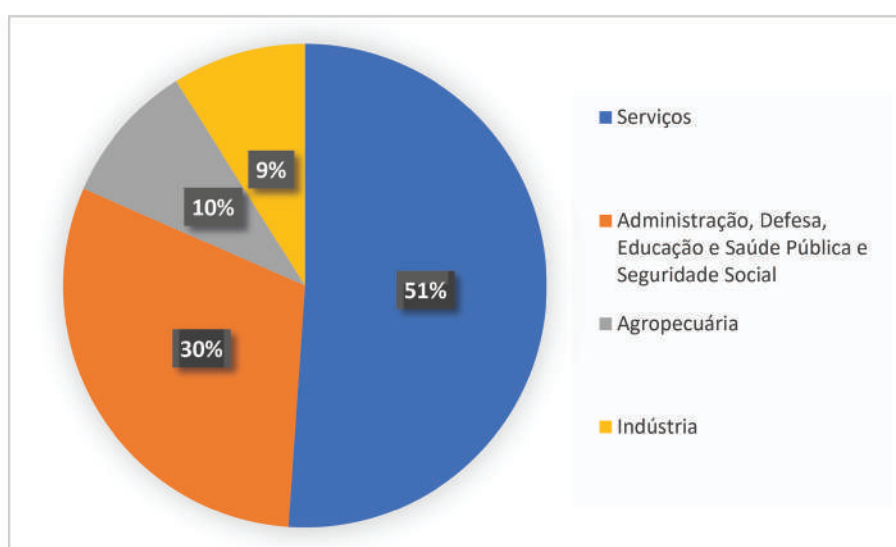


Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE (2022).

Gráfico 2 - PIB per capita e Atividade Econômica no Município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2020 (valores correntes mensurados em moeda nacional)

O Gráfico 3 demonstra a composição da atividade econômica de Cáceres (MT) no período compreendido entre 2010 e 2020. Identifica-se que o setor de serviços foi o que apresentou maior participação na atividade econômica no período e, conseqüentemente, maior volume monetário. O setor de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social apresentou a segunda maior participação na atividade econômica do município no período, seguido do setor agropecuário e do setor da indústria.

Os serviços indicaram, portanto, uma participação de 51,09% na atividade econômica e um volume monetário da ordem de R\$7.609.539,63. Nota-se, assim, a importância do setor de serviços no município de Cáceres, pois este constituiu metade da participação da atividade econômica total entre 2010 e 2020. O setor de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social revelou a segunda maior participação na atividade econômica no período, de 30,48%, e volume monetário da ordem de R\$4.539.117,64. O setor agropecuário apresentou uma participação na atividade econômica de 9,48% e volume monetário da ordem de R\$1.411.824,60. Por fim, o setor industrial demonstrou a menor participação na atividade econômica e, conseqüentemente, o menor volume monetário, de 8,95% e R\$ 1.332.494,3, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE (2022).

Gráfico 3 – Composição da Atividade Econômica no Município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2020 (valores correntes mensurados em moeda nacional)



"Nota-se, assim, a importância do setor de serviços no município de Cáceres, pois este constituiu metade da participação da atividade econômica total entre 2010 e 2020."

A Tabela 3 revela as admissões e desligamentos, bem como o saldo de postos de trabalho nos principais setores da economia entre 2010 e 2019. O setor agrícola apresentou saldo positivo, enquanto o industrial e o de serviços apresentaram saldo negativo, sendo o industrial o que apresentou o pior saldo. É possível notar que o setor de serviços foi o que mais realizou admissões, demonstrando a importância que os *policy makers* locais devem ter dado a este setor, não apenas pelo volume de divisas que este gera, mas também pelo volume de empregos gerados.

Setores	Admissões	Desligamentos	Saldo
Agropecuária, Extração vegetal, Caça e Pesca	10.575	10.563	12
Indústria	3.599	4.255	-656
Serviços	12.561	12.569	-8

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do CAGED (2022).

Tabela 3 - Admissões, Desligamentos de Trabalho nos Principais Setores Economia de Cáceres entre 2010 e 2019

Ao desagregar as atividades econômicas ao longo do período entre 2010 e 2020, como mostra o Gráfico 4 e as Tabelas 4 e 5, identifica-se que, apesar do setor de serviços apresentar maior participação na atividade econômica, foi o setor industrial que apresentou a maior taxa média de crescimento do período, 11,54%. O setor de serviços, por outro lado, apresentou a menor taxa média de crescimento entre os setores, de 8,05%.

Estes dados apontam que a indústria, apesar de apresentar a menor participação na atividade econômica, seguiu crescendo significativamente, demonstrando a preocupação da gestão municipal com um setor que é chave no processo de desenvolvimento econômico. De acordo com Bresser-Pereira e Gala (2010), o setor industrial apresenta a melhor remuneração salarial comparativa, impactando consequentemente na melhoria da distribuição de renda local. Também potencializa o crescimento econômico a longo prazo, além de promover um efeito spill over ou transbordamento, onde a renda deste setor se espalha para todos os outros setores da economia, favorecendo um crescimento conjunto.

Ao realizar uma média aritmética para o período entre 2010 e 2016 e para o período entre 2017 e 2020, conclui-se que a taxa de crescimento da atividade econômica foi da ordem de 11,63% e 4,08%. Tais evidências indicam que o período virtuoso se concentrou entre 2010 e 2016 e que entre 2017 e 2020 ocorreu uma forte desaceleração. Estes resultados podem estar relacionados ao choque de austeridade ocorrido na economia brasileira entre 2017 e 2020 e que afetou o comportamento da economia de Cáceres.

Visualiza-se, também, que entre 2010 e 2016 registrou-se a maior taxa de crescimento da atividade econômica, da ordem de 20,84%, em 2014. Esse período também registrou as maiores taxas de crescimento do setor industrial (66,65% em 2012), de serviços (25,81% em 2014) e da administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (14,06% em 2016).

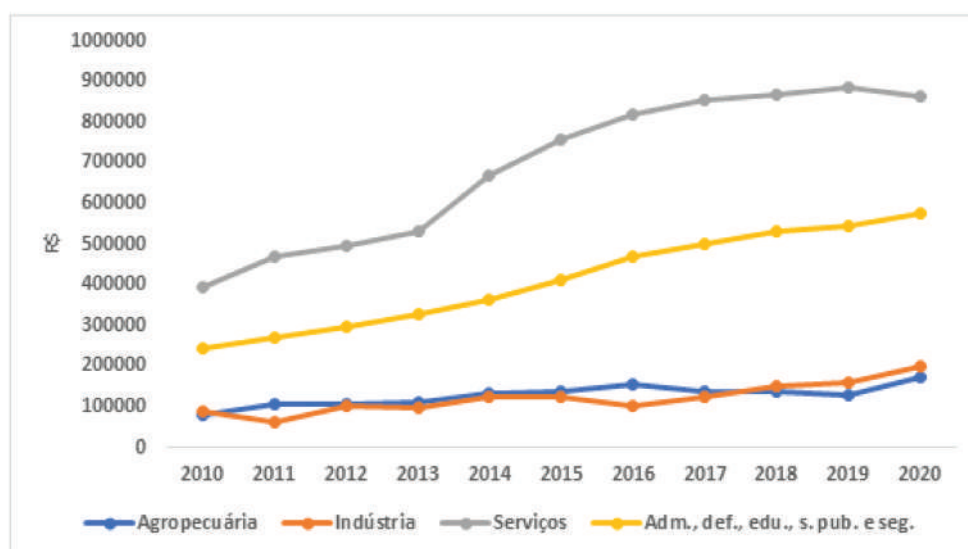
Após isso, realizou-se a média aritmética da taxa de crescimento dos setores entre 2010 e 2016 e entre 2017 e 2020. O setor de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social apresentou uma taxa média de crescimento de 13,31% e 1,37%, respectivamente. O setor agropecuário apresentou uma taxa média de crescimento de 12,16% e 4,51%, respectivamente. O setor de serviços apresentou uma taxa de crescimento média de 13,31% e 1,37%. E o setor industrial apresentou uma taxa de crescimento média de 6,99% e 18,38%.

Contudo, no Gráfico 4, observa-se que o setor industrial foi o que apresentou o pior desempenho entre 2010 e 2016 e o melhor desempenho entre 2017 e 2020, com uma taxa média de crescimento da ordem de 6,99% e 18,38%, respectivamente. Este forte crescimento não refletiu num maior crescimento da atividade econômica no período entre 2017 e 2020 devido à baixa participação do setor industrial nela, como mostra a Tabela 3.

Assim, entre 2010 e 2016 o forte crescimento esteve associado principalmente ao crescimento do setor de serviços e do de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social. Entre 2017 e 2020 o baixo crescimento esteve associado com o baixo crescimento destes setores.

Nota-se também que, em 2020, ano em que ocorre a pandemia da Covid-19, o setor agropecuário apresentou a maior taxa de crescimento, da ordem de 35,14%. O setor industrial apresentou a segunda maior taxa de crescimento neste ano, da ordem de 25,07%, seguido do setor de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social, da ordem de 5,67%. Já o setor de serviços apresentou uma taxa de crescimento negativa, da ordem de -2,07%.

A pandemia de Covid-19 afetou significativamente o setor de serviços, impactando na redução da frequência de consumidores em bares, restaurantes, cabelereiros, estabelecimentos comerciais diversos e fechando muitos deles em razão da quarentena e do risco sanitário. Contudo, a agropecuária e a indústria apresentaram crescimento expressivo, sobretudo porque mesmo com as medidas restritivas de circulação impostas, as pessoas continuaram a consumir bens não duráveis, como alimentos, álcool em gel, máscaras, o que pode ter impactado mais diretamente estes setores da economia municipal. Vale ressaltar, ainda, que o programa auxílio emergencial garantiu poder de compra para uma parcela da população que até então não tinha renda fixa e para trabalhadores informais, o que pode ter influenciado no crescimento destes setores e amenizado o declínio no setor de serviços.



Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE (2022).

Gráfico 4 - Série Histórica da Atividade Econômica Total e Desagregada do Município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2019 (valores correntes mensurados em moeda nacional)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm, Def, Educ, Saúde Pública e Seguridade Social
2010	10.05%	10.88%	48.83%	30.24%
2011	11.95%	6.83%	51.76%	29.47%
2012	10.50%	10.33%	49.73%	29.44%
2013	10.49%	8.98%	49.69%	30.84%
2014	10.26%	9.71%	51.73%	28.29%
2015	9.55%	8.64%	52.96%	28.85%
2016	10.04%	6.58%	53.01%	30.37%
2017	8.46%	7.78%	52.84%	30.93%
2018	8.23%	8.93%	51.34%	31.50%
2019	7.54%	9.21%	51.45%	31.79%
2020	9.65%	10.90%	47.67%	31.78%
Total	9.48%	8.95%	51.09%	30.48%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do IBGE (2022).

Tabela 4 - Participação Percentual da Atividade Econômica no Município de Cáceres (MT) entre 2010 e 2020

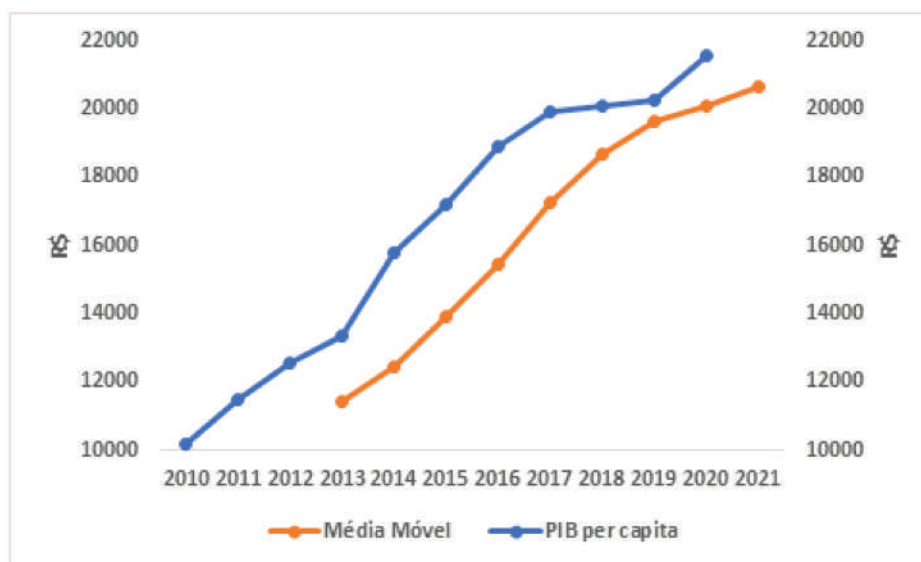
Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm, Def, Educ, Saúde Pública e Seguridade Social	Total
2010	***	***	***	***	***
2011	34,58%	-28,98%	20,01%	10,31%	13,21%
2012	-3,22%	66,65%	5,77%	10,00%	10,10%
2013	6,43%	-7,39%	6,49%	11,65%	6,57%
2014	18,24%	30,73%	25,81%	10,86%	20,84%
2015	3,06%	-1,55%	13,33%	12,88%	10,70%
2016	13,85%	-17,53%	8,45%	14,06%	8,34%
2017	-11,98%	23,63%	4,18%	6,43%	4,52%
2018	1,80%	20,00%	1,56%	6,48%	4,54%
2019	-6,92%	4,80%	1,81%	2,51%	1,58%
2020	35,14%	25,07%	-2,07%	5,67%	5,70%
Total	9.10%	11.54%	8.53%	9.08%	8.61%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados extraídos do IBGE (2022).

Tabela 5 - Taxa de Crescimento da Atividade Econômica Total e Desagregada do Município de Cáceres (MT)

O Gráfico 5 realiza um processo de previsão do PIB *per capita* do município de Cáceres para o ano de 2021, a partir da média móvel aritmética dos valores dos últimos três meses do PIB *per capita*. Portanto, para o ano de 2013, a média móvel será a média aritmética do PIB *per capita* para os anos de 2010, 2011 e 2012, para o ano de 2014, a média móvel será a média aritmética do PIB *per capita* para os anos de 2011, 2012 e 2013 e assim por diante.

Deste modo, observa-se que a média móvel para o ano de 2021 aponta que o PIB *per capita* não deverá ser menor do que R\$ 20.642. Isto porque ao longo das duas séries o PIB *per capita* nunca esteve abaixo da sua média móvel, o que revela uma boa projeção, apesar de simples.



Fonte: Elaboração própria, por intermédio do Excel, a partir de dados extraídos do IBGE (2022).

Gráfico 5 - PIB *per capita* e Média Móvel do PIB *per capita* do Município de Cáceres

Portanto, os dados mostraram uma tendência de crescimento do PIB *per capita* do município de Cáceres, influenciado, sobretudo pelo crescimento do setor de serviços e de administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social. O setor chave para o processo de desenvolvimento econômico, a indústria, apresentou a maior taxa de expansão, o que é fundamental para o crescimento de longo prazo e na distribuição de renda do município. Apenas o setor de serviços sofreu com a pandemia de Covid-19, enquanto a indústria e o agronegócio cresciam significativamente, o que apontou enorme robustez da gestão municipal no enfrentamento dos impactos econômicos causados pela pandemia. Ademais, o município de Cáceres demonstra, segundo a média móvel, que o PIB *per capita* municipal deverá ser ainda maior no ano de 2021.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹A taxa de crescimento é calculada da seguinte maneira:
 $tx \text{ de cresc} = (\text{Valor atual} - \text{Valor passado}) / (\text{Valor passado}) \times 100$.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. Revista de Economia Política, v. 30, n.4, p. 663-686, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. PIB Per Capita e Atividade Econômica do Município de Cáceres. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/>

caceres/pesquisa/38/46996?tipo=grafico. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

_____. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. PIB Per Capita do Mato Grosso. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/10060/60147?tipo=grafico&indicador=60148>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

_____. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. PIB Per Capita Do Brasil. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#/n1/all/v/9812/p/all/d/v9812%202/l/v,,t+p/resultado>. Acesso em: 6 de janeiro de 2023.

A supressão de direitos da mão de obra feminina frente a Reforma Trabalhista de 2017

Por Salete Aparecida Rossini Lara e Lucas Henrique de Oliveira



Salete Lara

Economista Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, coordenadora do curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário de Bauru - mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), perita judicial e extrajudicial, sócia da Dôvera Consultorias e Perícias.



Lucas Oliveira

Economista graduado pelo Centro Universitário de Bauru - mantido pela Instituição Toledo de Ensino (ITE). Atua na área de cálculos, perícia e consultoria processual.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completou 79 anos em 1º de maio de 2022. Sua instauração ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 5.452/43, o qual foi assinado durante o mandato Presidencial de Getúlio Vargas. Seu objetivo principal constituía-se em regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho, uma necessidade observada após a criação da Justiça do Trabalho.

Desde o início de sua vigência, no ano de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho nunca havia sofrido tamanha alteração, até 13 de julho de 2017, data em que foi sancionada a Lei nº 13.467/2017¹. A reforma trabalhista ocorreu em um momento conturbado politicamente e economicamente no Brasil. O País havia acabado de passar por um impeachment no ano de 2016 e este cenário político controverso acabou se tornando o momento propício para a apresentação de uma ideia que há tempos era discutida, porém sempre com a sensação de impossibilidade².

A reforma alterou mais de 100 artigos da CLT, sendo o seu objetivo a diminuição na taxa de desemprego, visto que no ano de 2017 o Brasil chegou a atingir o índice de 14 milhões de desempregados, deixando os trabalhadores desprotegidos em inúmeros casos. Dentre estas mudanças foram instituídos trabalhos intermitentes, ampliados os contratos parciais, e abordadas mais de vinte maneiras de contratação, predominando as de prazo indeterminado. Houve também o enfraquecimento da representação

sindical e fomento aos acordos individuais, a redução de fiscalização estatal, em especial quando se trata de homologação da demissão e também a redução do poder dos sindicatos e dos mecanismos de mediação, como a Justiça do Trabalho, sendo estes apenas alguns dos exemplos nos quais os trabalhadores se tornaram desassistidos aos olhos desta nova norma. Entretanto, mesmo frente a inúmeras mudanças, o desenvolver da reforma não trouxe resultados positivos nos últimos anos^{3, 4, 5, 6}.

Conforme dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), quando a Lei entrou em vigor, o Brasil contava com uma média de 12 milhões de desempregados. Podemos analisar os dados até fevereiro de 2020, visto que, após este período houve o início da pandemia da Covid-19, fato que eleva o desemprego no País, além de se apresentar como um fator externo aos dados analisados por esta pesquisa.

Entre os períodos de setembro de 2017 a março de 2020 a taxa de desemprego foi oscilante, não havendo uma queda significativa. Seu maior declínio pode ser observado ao final de 2019, com aproximadamente 10,9 milhões de desempregados no País. Ou seja, pode-se notar que o objetivo principal da Lei da Reforma Trabalhista não foi atingindo, pois o desemprego ainda é um fato que se debruça sobre nosso País⁷.

Dentre esta taxa de desempregados frente à reforma trabalhista, o público feminino acabou sendo muito mais afetado que o masculino, conforme pode-se observar na Tabela 1, principalmente devido a alguns normativos que desfavoreceram as mulheres, como a alteração do artigo 394-A da CLT, que anteriormente a reforma afastava as mulheres gestantes e lactantes das atividades, operações e locais insalubres, mantendo-as enquanto perdurasse gestação e/ou lactação em locais salubres.

Tabela 1. Taxa de Desemprego no Brasil entre os anos de 2012 a 2021

Sexo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
<i>Homem</i>	47,6	47	48,7	48,7	49,8	49,5	48,1	46,5	47,8	45,5
<i>Mulher</i>	54,2	53	51,3	51,3	50,2	50,5	51,9	53,5	52,2	54,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

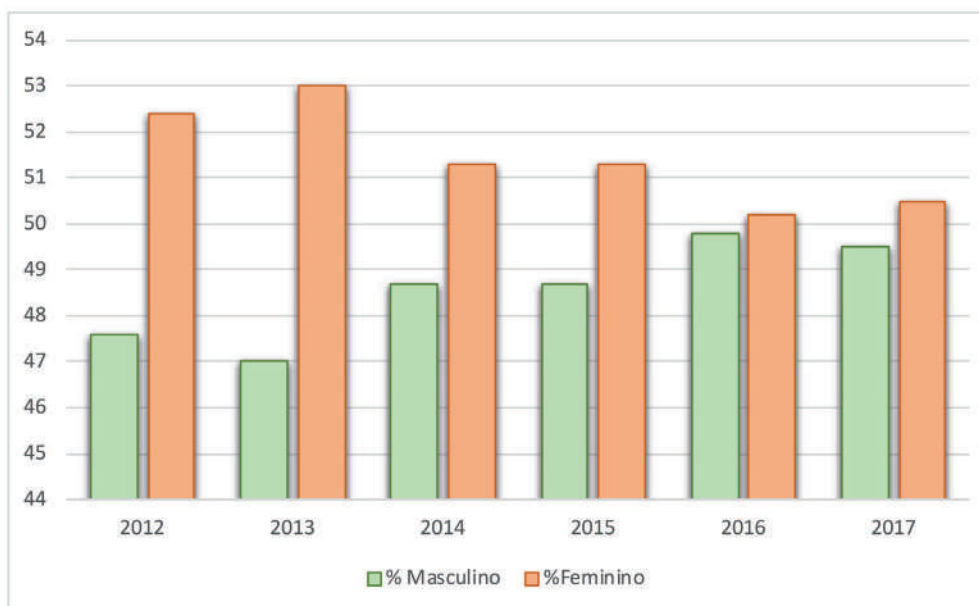
Fonte: Microdados PNAD/IBGE - Elaborada pelo autor

Após a reforma este artigo manteve as gestantes e lactantes em seus postos, afastando-as apenas em casos de insalubridade grau máximo, ou seja, as mulheres são expostas a agentes insalubres de graus mínimos e médios, sendo alterados seus postos apenas nos casos de recomendações médicas⁸.

Outra alteração considerada prejudicial à mulher se encontra no artigo 396 da CLT, que trata do intervalo intrajornada para fins de amamentação. Previamente à reforma, este intervalo era garantido à mulher lactante ou adotante até os seis meses completos da criança, podendo ser dilatado em caso de necessidade comprovada e após permissão de autoridade competente. Após a reforma este artigo foi mantido - porém, para que ocorra a liberação da trabalhadora para este intervalo, é necessário um acordo individual entre ela e o empregador, de forma que tal acordo seja viável e relevante para ambas as partes⁹.

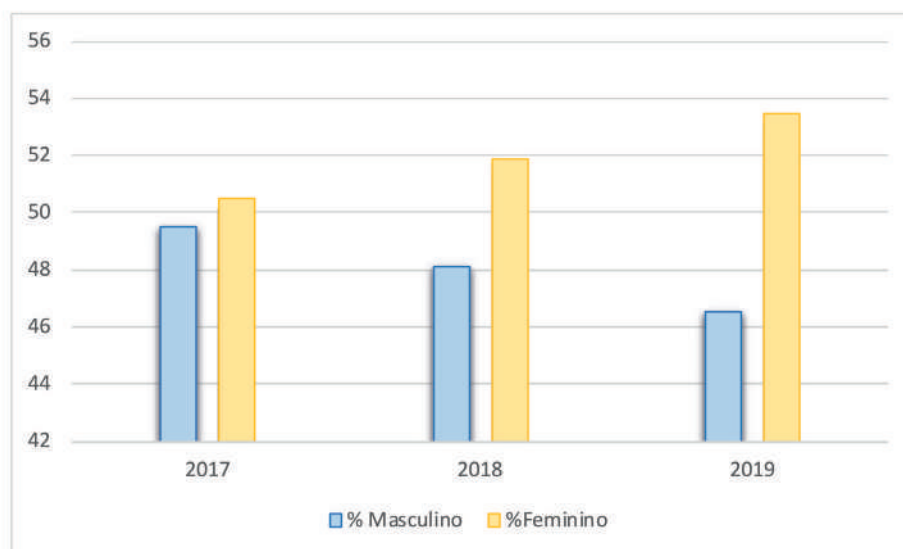
Ao analisarmos puramente os dados de desemprego neste período estudado, observamos que homens tiveram um aumento na taxa de desemprego de 1,9% de 2012 a 2017 e uma queda de 3,5% de 2017 para 2019. Já as mulheres tiveram uma queda na taxa de desemprego de 1,9% de 2012 a 2017, porém de 2017 a 2019 houve um aumento na taxa de 3%. Estes números podem ser observados nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1. Taxa percentual de desemprego masculina e feminina de 2012 a 2017



Fonte: Microdados PNAD/IBGE – Elaboração autor

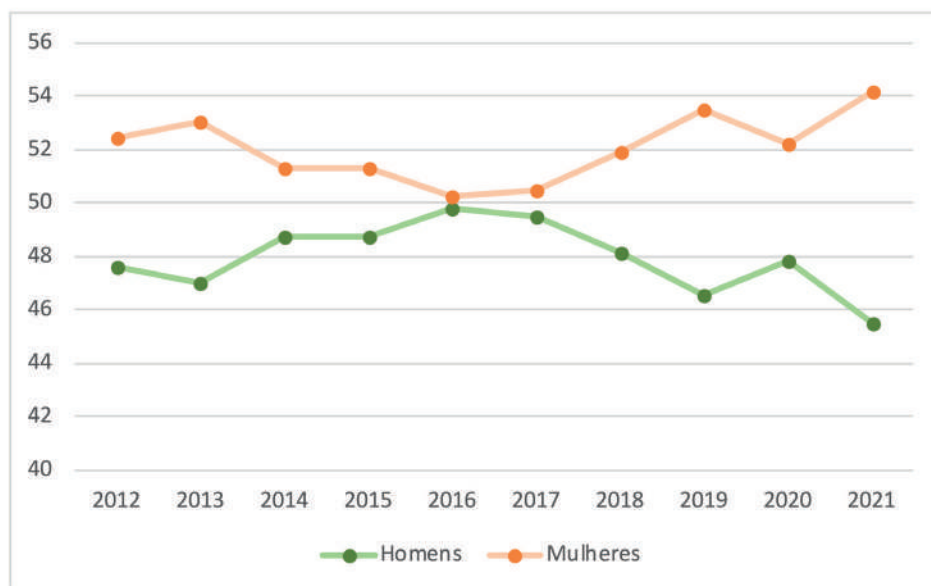
Gráfico 2. Taxa percentual de desemprego masculina e feminina de 2017 a 2019



Fonte: Microdados PNAD/IBGE – Elaboração autor

Com isso, podemos notar que houve um aumento inversamente proporcional em relação à taxa de desemprego entre homens e mulheres. O gráfico 3 demonstra que após a reforma, a taxa de desemprego masculina diminuiu e a taxa de desemprego feminina aumentou na mesma proporção, comprovando que possivelmente esta reforma desamparou de forma mais ampla o sexo feminino.

Gráfico 3. Gráfico demonstrativo da taxa de desemprego com crescimento inversamente proporcional entre homens e mulheres de 2012 a 2021



Fonte: Microdados PNAD/IBGE – Elaboração autor

Quando analisamos o cenário atual do desemprego no País, observamos uma melhora que vem ocorrendo aos poucos após o forte impacto da pandemia. Entretanto, mesmo com este avanço na corrida contra o desemprego, é notável que a mulher segue em desvantagem, conforme destacado nos dados fornecidos pelo Ipea e dispostos na Tabela 2º.

Tabela 2. Comparação das taxas de desemprego masculina e feminina entre os anos de 2019 a 2022

Sexo	2019				2020				2021				2022	
	2º Trim.	3º Trim. %	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim. %	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim. %	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim. %	3º Trim.
Masculino	10,3	10,0	9,2	10,4	12,2	12,9	11,9	12,2	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9
Feminino	14,5	14,3	13,4	14,9	15,5	17,5	17,2	18,5	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE - Elaboração Autor

Durante os anos de 2019 a 2022 pode-se observar ainda que, mesmo com a diminuição nas taxas de desemprego, a diferença entre o desemprego feminino e masculino nunca diminui. A média observada dentro deste período fica em torno de 4%, porém em alguns períodos chegou a quase 7%º.

Com estes dados, pode-se notar que o objetivo primordial da Reforma Trabalhista não foi atingindo. O desemprego ainda é um fator que aterroriza nossa população. Há também a necessidade discutir a abordagem utilizada para a realização de tal Reforma Trabalhista, pois para a atualização

dos artigos houve a tutela do emprego, desamparando de forma ampla o empregado, fato que vem sendo observado nas perícias econômicas trabalhistas, as quais vem aumentando substancialmente.

O Legislativo, em sua busca por solucionar um problema socioeconômico, colocou de lado a pessoa do trabalhador e o desamparou de seus direitos em inúmeros quesitos, dando destaque a pontos negativos que estão sendo trabalhados há anos para que cessem, como a distinção entre gêneros no mercado de trabalho. Observa-se que as mulheres seguem sendo prejudicadas a cada nova atualização existente no universo do mercado de trabalho e, ao invés de obterem proteção frente ao Legislativo, acabam sendo cada vez mais diminuídas. Tendo isso em vista, é impossível não questionar se a reforma atua como um progresso ou um retrocesso para o trabalhador, uma vez que, das inúmeras alterações, raras são favoráveis aos mesmos.

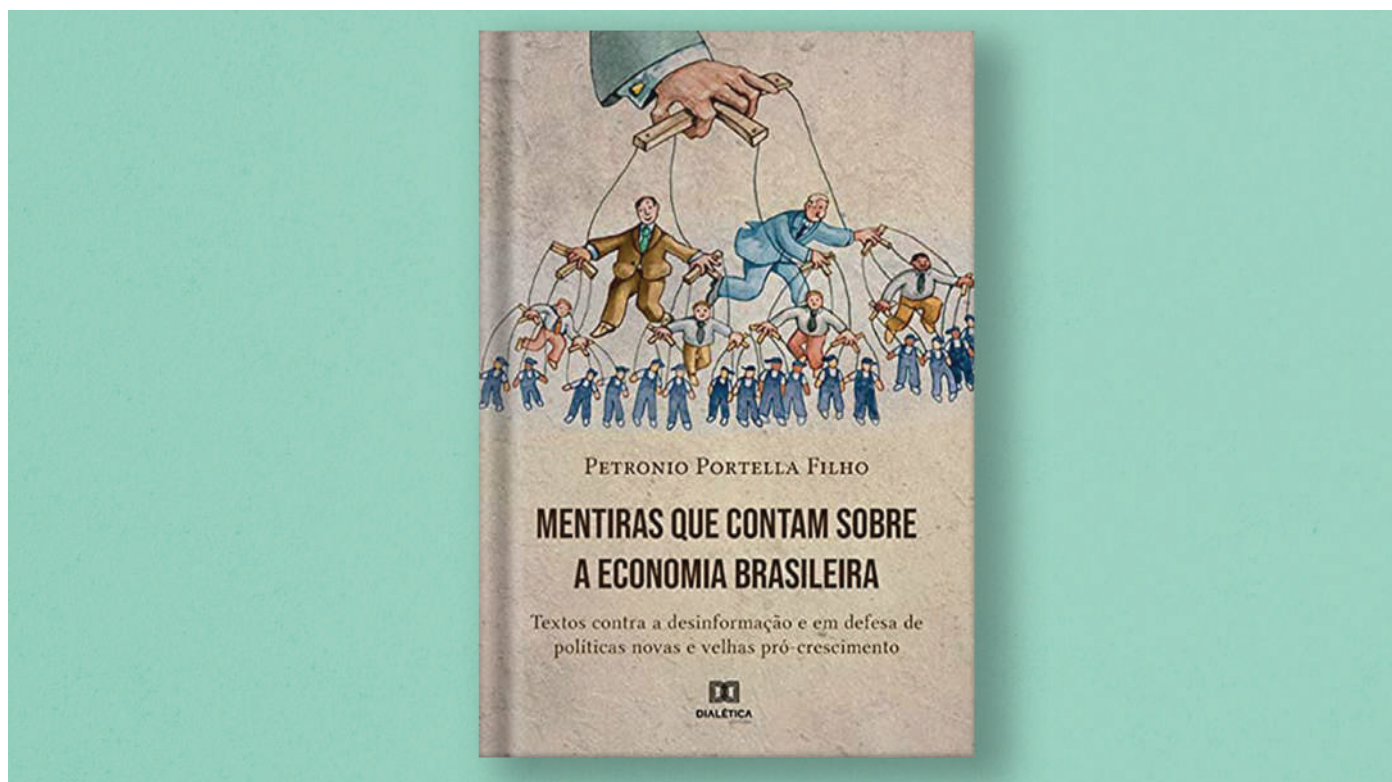


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1CARDOSO, A. Work in Brazil: essays in historical and economic sociology. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016.
- 2COLOMBI, A. P. "As centrais sindicais e a Reforma Trabalhista: enfrentamentos e dificuldades". Tempo Social, vol. 31, nº 3, p. 217-236, 2019.
- 3RAMALHO, J. R. "O sentido do trabalho em contextos de reestruturação econômica". In: Anais do 41º Encontro da Anpocs, Caxambu, 2017.
- 4RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P.; RODRIGUES, I. J. "Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais". Caderno CRH, vol. 32, nº 86, p. 343-359, 2019.
- 5GALVÃO, A., et al. "Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo". Caderno CRH, vol. 32, nº 86, p. 253-269, 4 nov. 2019.
- 6SILVINO, Ramon Matias. "Obsolescência do marco legal trabalhista": efeitos da reforma trabalhista de 2017 sobre a estrutura ocupacional, nível de emprego e produtividade no Brasil. Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.
- 7IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Carta de Conjuntura nº 56, Nota de Conjuntura 2 – 3º Trimestre de 2022. Brasília: Ipea; IBGE, 2022. Carta de Conjuntura. Brasília: Ipea; IBGE, 2022.
- 8BRASIL. Decreto-lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.
- 9IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Carta de Conjuntura nº 57, Nota de Conjuntura 24 – 4º Trimestre de 2022. Brasília: Ipea; IBGE, 2022. Carta de Conjuntura. Brasília: Ipea; IBGE, 2022.

1

Mentiras que contam sobre a economia brasileira



Muitos brasileiros não fazem ideia do que se passa na economia. Não sabem quais governos endividaram o Brasil, quais presidentes foram “gastadores”, quem corrompeu a máquina pública. Não sabem quando o Brasil parou de crescer, nem o porquê. Profundamente desinformados, apoiam “reformas” que eliminam direitos e mantêm o PIB estagnado. Foram convencidos de que precisam empobrecer para que o Brasil enriqueça.

O autor apresenta estatísticas oficiais e fatos, mostrando que o Brasil se tornou um dos países mais decadentes e corruptos do mundo. Critica o austericídio fiscal e apresenta alternativas a ele, como o keynesianismo, a agenda de reformas inclusivas da UNCTAD e a Política Monetária Moderna (MMT). A MMT é de longe a política mais ousada. Ela é, em boa parte, mera descrição da política monetária praticada hoje pelos bancos centrais. Segundo o New York Times, a MMT triunfou nos EUA em 2020. O livro foi escrito pensando no leitor que não tem conhecimentos profundos de economia e que, por isso mesmo, costuma ser vítima da desinformação.

Detalhes

Autor: Petrônio Portella Nunes Filho

Editora: Dialética

ISBN: 978-6525257730

Nº de Páginas: 152

Nós do Brasil: Nossa herança e nossas escolhas

A história do Brasil, mesmo quando comparada à de seus vizinhos latino-americanos, guarda algumas peculiaridades: teve um período mais longo de escravidão; abrigou a monarquia; manteve a integridade de seu território; instaurou a República tardiamente; sofreu com diversos golpes de Estado; possui uma Constituição ampla e complexa; e herdou dos colonizadores portugueses um modelo patrimonialista que se mantém forte até hoje. As escolhas fáceis e de curto prazo feitas pelos governantes ao longo dos anos contribuíram para os empecilhos ao nosso desenvolvimento econômico.

Este livro procura tratar de todos os entraves, ou "nós", ao desenvolvimento do Brasil. Não seria justo, porém, atribuir toda a culpa às raízes históricas. Como explicar, por exemplo, os erros sucessivos na educação pública? Os golpes de Estado? E os escândalos de corrupção? O Brasil está condenado ao baixo crescimento e ao desenvolvimento medíocre ou há amadurecimento institucional em curso? Este livro é também sobre nós, brasileiros, que, com nossa herança e nossas escolhas, perpetuamos uma sociedade injusta e desigual em nosso país.

Detalhes

Autora: Zeina Latif

Editora: Record; 1ª edição

Páginas: 252

ISBN: 978-6555874488



Cartilha de Finanças Pessoais: Planejamento da Vida Financeira



Muitos brasileiros sentem dificuldades em administrar o próprio dinheiro, principalmente pela falta de conhecimentos sobre educação financeira. Neste contexto, o livro *Cartilha de Finanças Pessoais: Planejamento da Vida Financeira*, do economista Fernando Nogueira da Costa, é uma fonte de conhecimentos valiosos não só para tomar decisões presentes, mas também para se preparar para a aposentadoria e, inclusive, a sucessão.

O livro é composto por 11 capítulos, que podem ser divididos em quatro partes. A primeira delas, com os capítulos 1 a 4, aborda os tipos de renda: do trabalho

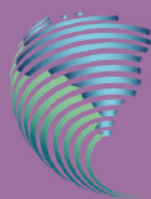
(profissão), do capital produtivo (empreendedorismo), do capital financeiro (carteiras de ativos) e do capital imobiliário.

A obra foi escrita com o objetivo de ser um guia didático para o curso de Finanças Comportamentais para Trabalhadores. Por isso, os capítulos 5 a 7 tratam de neuromarketing, neuroeconomia e finanças comportamentais. A economia comportamental tem a ver com a forma como são tomadas as decisões econômicas – e há muitos erros de análise causadas por comportamentos ou vieses.

Na terceira parte encontram-se os capítulos de planejamento financeiro da vida pessoal ou familiar, planejamento financeiro da aposentadoria e – uma novidade da terceira edição – um capítulo sobre planejamento da sucessão patrimonial. Neles são discutidos ciclos de vida, simulações de aplicações, consumo na aposentadoria, critérios para divisão de heranças e providências para um inventário, entre outras questões.

O último capítulo discute de forma breve a economia da felicidade e discute quais os bens básicos ou essenciais que proporcionam uma vida boa e finaliza discutindo sentido e significado da vida. O professor também propõe, no contexto do debate da reforma previdenciária, uma jornada de trabalho de nove horas diárias por quatro dias na semana.

O livro está disponível para download em PDF, com 300 páginas, no Blog Cidadania & Cultura (fernandonogueiracosta.wordpress.com).



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br